

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**RUA, SUBSTANTIVO FEMININO:
MULHERES EM MOVIMENTO E O DIREITO AO CORPO NA CIDADE**

TALITA FERNANDES GONÇALVES

PORTO ALEGRE

2019

TALITA FERNANDES GONÇALVES

**RUA, SUBSTANTIVO FEMININO:
MULHERES EM MOVIMENTO E O DIREITO AO CORPO NA CIDADE**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cláudia Luísa Zeferino
Pires

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Camila Xavier Nunes – UFBA

Prof. Dr. Tiago Lemões da Silva – UCPel

Prof. Dr. Nelson Rego – UFRGS

PORTO ALEGRE

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Gonçalves, Talita Fernandes

Rua, substantivo feminino: mulheres em movimento e o direito ao corpo na cidade / Talita Fernandes Gonçalves. -- 2019.

98 f.

Orientadora: Cláudia Luísa Zeferino Pires.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Corporalidades femininas. 2. Mulheres em situação de rua. 3. Geografias Feministas. I. Pires, Cláudia Luísa Zeferino, orient. II. Título.

A todas as mulheres que constroem
suas vidas no movimento das ruas da cidade,
entre desafios e esperanças.

“Os pardais já estão iniciando a sua sinfonia matinal.

As aves deve ser mais feliz que nós.

Talvez entre elas reina amizade e igualdade.

(...)

O mundo das aves deve ser melhor do que dos favelados,

que deitam e não dormem

porque deita-se sem comer.”

Carolina Maria de Jesus

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema os movimentos instituídos por mulheres em situação de rua em diferentes espaços da cidade. Tem como objetivo central a análise desses movimentos e de como a questão do gênero influencia nesta dinâmica. No cerne dessa discussão, emergem questões relativas às corporalidades femininas em movimento nas ruas e às maneiras como as experiências de espaço dessas mulheres modificam sua relação com seus próprios corpos. Nesse trajeto de pesquisa, somos apresentados a diferentes trajetórias e experiências que possuem em comum o fato dessas mulheres encontrarem no espaço das ruas uma alternativa para violências e problemáticas pessoais e familiares. Contudo, encontram nesse espaço outros desafios, violências e violações de direitos, devido, principalmente a questões de gênero. Suas vozes compõem o trabalho juntamente com a minha, de modo que seus discursos apresentam a realidade a ser discutida ao longo da dissertação.

Palavras-chave: Corporalidades femininas. Mulheres em situação de rua. Geografias Feministas.

ABSTRACT

This research has as theme the movements instituted by homeless women in different spaces of the city. The main objective is the analysis of these movements and how the gender issue influences these dynamics. At the heart of this discussion, questions about the women's corporality on the streets emerge, as well as the ways in which these women's experiences of space modify their relationship with their own bodies. In this research, different trajectories and experiences are presented and have in common the fact that these women find, in the space of the streets, an alternative to violence and personal and familiar issues. Her voices compose the research, with mine. Their speeches present a reality that is discussed throughout the dissertation.

Keywords: Female corporeality. Homeless women. Feminist Geography.

AGRADECIMENTOS

O trabalho acadêmico não é solitário. Demanda autoria, sim, mas a meu ver, não é possível sem uma rede de colaboração. E é a esta rede que venho formando ao longo dos meus dias que me dirijo nestes agradecimentos.

Agradeço à minha família pelo apoio, incentivo e compreensão que sempre se fizeram presentes, mesmo após meu distanciamento físico. À minha mãe, pela vida, pelo incentivo ao estudo, que me acompanha “desde que me entendo por gente” e por todo o carinho e torcida a cada nova empreitada. Aos meus irmãos, Wesley e Willamy, pelo afeto, pelos livros, conversas, pelas trocas de ideias e músicas, que dão qualidade aos meus dias. À minha irmã Charlliane, por toda escuta, troca, carinho e pelos bolos maravilhosos que adoçam cada encontro. Aos sobrinhos Benjamin, Heitor e Dante, por me maravilharem com sua existência, crescimento e cada pequena-grande descoberta desse mundo. Vocês me renovaram de uma maneira inexplicável e me mostraram o que é a vida na grandeza dos momentos mais simples.

Às mulheres em movimento que fizeram comigo este trabalho. Suas vozes, sua confiança nessa completa desconhecida e a esperança que depositam em um mundo melhor transformaram a mim de uma maneira que jamais poderia conceber sem conhecê-las. Minha gratidão a vocês transborda.

À minha querida orientadora Cláudia Pires, por receber de braços abertos aquela menina cearense que chegou “do nada” querendo conhecer o seu trabalho e se aconchegar em terras gaúchas. Sua força, sensibilidade, humanidade e competência inspiram, encantam e transmitem confiança. Gratidão pela confiança, liberdade e disposição em assumir desafios. Essa jornada não seria possível sem você.

À UFRGS e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, por propiciarem a oportunidade desta formação, e à Capes pelo financiamento desta pesquisa, que possibilitou dedicação exclusiva.

À Camila Nunes, por ser inspiração para geografias mais humanas e sensíveis. Pela amizade que se construiu a partir dessas geografias e por todo apoio, incentivo, críticas e contribuições de valor inestimável. Minha trajetória na Geografia ganhou novos ares e se tornou mais forte após tua chegada.

Ao Tiago Lemões, também por ser inspiração, pela sua sensibilidade ímpar e

extrema competência na trajetória acadêmica.

Ao Nelson Rego, por também se dispor a ousar na Geografia e sempre encorajar e incentivar minhas construções. E a Nelson, Tiago e Camila, pelas contribuições na qualificação, que se estendem agora à banca da dissertação.

Aos colegas do Mestrado, que se tornaram amigos nesta jornada, Cláudia Escouto e Rai Nunes, pelo compartilhamento de experiências, de angústias e incentivo mútuo, além dos momentos fora da academia, onde a amizade se fortaleceu. Gratidão por conhecê-los e por me permitirem partilhar tantas coisas boas com vocês.

Aos amigos geógrafos Pedro Toscan e Elisa Delfino, por serem as pessoas maravilhosas que sempre me fizeram sentir que Porto Alegre é minha casa, mesmo antes de ser morada. Gratidão por todos os momentos compartilhados, regados a sorrisos, culinária e muitas geografias. Ao Igor Rockenbach, por toda a escuta, incentivo e por todos os momentos compartilhados em uma Porto Alegre que se revela cada dia mais bonita e acolhedora, e pela leitura atenta e contribuições em partes deste trabalho. Ao Stalin Braga, pelas trocas de ideias e reflexões e pelos momentos de diversão e comemoração, sempre necessários, além do apoio logístico na finalização deste trabalho.

À amiga e *roommie* Karla Julliana, pela amizade ímpar que me ajudou a manter o equilíbrio diante de tantos acontecimentos importantes e simultâneos no ano de 2018. Pelos compartilhamentos de dúvidas e planos em relação à pós-graduação e à vida. Por todas as trocas nesse encontro, te agradeço, Kaju.

À Sara Kellyne, por ser amiga na concepção mais completa da palavra, há mais de uma década. Gratidão por todos os momentos em que me acompanhou e compreendeu, muitas vezes sem que uma palavra precisasse ser dita.

À Raisa Christina, pela colaboração por meio das ilustrações que abrem cada capítulo, e fazem toda a diferença.

Já diria o músico cantautor Lenine: “o que eu sou, eu sou em par. Não cheguei sozinho”. E é exatamente assim que me sinto ao concluir este mestrado em Geografia. Foi em pares que me foi possível trilhar esse caminho. A todas e todos que se fizeram presentes de alguma maneira nessa trajetória: muitas *gracias*!

LISTA DE SIGLAS

CENTRO POP – Centro de Referência Especializado para população em situação de rua.

CNDDH – Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de rua e Catadores de Materiais Recicláveis.

DEAM – Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher.

MNPR – Movimento Nacional da População de Rua.

SAS – Secretaria Municipal de Assistência Social.

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso.

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

UCPel – Universidade Católica de Pelotas.

Sumário

INTRODUÇÃO	12
Notas de campo I	17
CAPÍTULO 1 – PESQUISA: MOVIMENTOS E DESAFIOS	21
1.1 A vida por um fio	21
1.2 A inserção em campo e os caminhos metodológicos: afetos em movimento e experiências de espaço	25
1.2.1 Experiências de espaço: quem são as mulheres em movimento?	27
1.3 Campo e cotidiano: corporalidades e cidadanias em distinção	33
1.4 Passo a passo se constrói o caminho	36
1.5 Saberes situados, pesquisadora posicionada: geografias feministas e reflexibilidade na pesquisa	41
Notas de campo II	45
CAPÍTULO 2 – MULHERES NAS RUAS: CORPOS E(M) MOVIMENTOS	48
2.1 Rua: substantivo feminino, predominância masculina	48
2.2 As mulheres em movimento: a situação de rua e a questão de gênero	55
2.3 Os corpos em movimento: espaço e experiência	63
Notas de campo III	69
CAPÍTULO 3 – GEOGRAFIA DE CORPOS EM TRAJETÓRIAS NÃO LINEARES ..	71
3.1 Trajetórias	72
3.2 Multiplicidade de experiências e ao que elas nos apresentam	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
APÊNDICE I	93
APÊNDICE II	95
APÊNDICE III	97
ANEXO	98

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa constitui-se em parte de um caminho maior e incerto, aberto para o futuro, no campo de uma Geografia Social, que compreende que é a partir das práticas espaciais de uma sociedade que se revela a relação entre sociedade e espaço, na qual a leitura de um pode revelar aspectos fundamentais na leitura do outro. Como questão central que me move em direção a essa Geografia, trago a indagação: *como as mulheres em situação de rua instituem seus movimentos na cidade e como o gênero influencia nesta dinâmica?* Com a noção de que somos constituintes de uma sociedade construída sob e guiada por preceitos patriarcais, do domínio do homem branco de classe média e que somos herdeiros de uma ciência eurocêntrica baseada nesses mesmos preceitos, emerge discutir vivências de mulheres pobres participantes de uma lógica perversa de exclusão e negação de direitos, que além de discriminar o diferente, busca o seu extermínio. Entendo que as relações tecidas por estas mulheres na cidade são espaciais e, também, corporais.

Essa discussão se dá com base nas experiências de mulheres que vivem na cidade de Pelotas, no estado brasileiro do Rio Grande do Sul. Cidade considerada a mais rica do Estado entre o fim do século XIX e início do século XX, Pelotas obteve um rápido crescimento urbano neste período, devido ao crescimento da indústria saladeril. Atualmente, preserva traços de um saudosismo com relação a seus tempos considerados áureos, nos quais predominavam a influência europeia, sobretudo francesa, tanto nos padrões de comportamento, vestimenta, artes, lazer e “nas ideias que penetravam amplamente em alguns segmentos da sociedade pelotense” (PERES, 1998, p.7) e moldavam o estilo de vida na cidade.

Neste contexto, era reservada às mulheres pelotenses a responsabilidade de serem bem instruídas – não de maneira libertadora, que incentivasse o pensamento autônomo, mas de modo que pudessem se portar socialmente e representar o marido e a família em situações de exposição pública, pois a vida social e cultural intensa era forte característica da cidade.

Naquele período – século XIX – a sociedade se referia às mulheres como o “belo sexo”, expressão de influência francesa (*beau sexe*), que evidencia a visão da mulher como um objeto decorativo na paisagem; um elemento passivo e não um agente ativo na relação com o espaço, no qual predominava a hegemonia

masculina. Para elas, o comportamento adequado era ditado abertamente pelos homens em variadas ocasiões, inclusive em “conselhos” e “dicas” publicadas em jornais locais. O “ser homem”, contudo, não era questionado, pois, segundo Peres (1998, p. 10), “estava dito, subentendido, [...] na própria forma de organizar os espaços sociais e as instituições”.

Historicamente, em espaços públicos, a mulher tem sido alvo de diversos julgamentos e tem imposta sobre si ações invasivas. A mulher na rua é algo que costumava não ser bem visto pela sociedade, pois o ideal burguês é o de que a mulher deve ser instruída nos conhecimentos do lar e cuidar da família. Adiante, na leitura deste trabalho, veremos que este ideal ainda permanece vigente em alguns aspectos, mesmo com todos os avanços que a luta feminista alcançou nas últimas décadas. Assim, para buscar compreender a os movimentos instituídos por mulheres nas ruas da cidade, serão analisadas as vivências de mulheres em situação de rua na cidade de Pelotas.

Diante do que já foi exposto, o objetivo geral desta pesquisa é *analisar como as mulheres em situação de rua instituem seus movimentos no espaço da cidade e como o gênero influencia nesta dinâmica*. Objetivo geral que se desdobra em três objetivos específicos: 1) Compreender como o gênero influencia na instituição de espacialidades no contexto da situação de rua; 2) Analisar de que maneira a relação entre corpo e espaço é representada nos discursos das mulheres em movimento, e 3) Compreender de que maneira as experiências de espaço significam a relação com o próprio corpo das interlocutoras.

* * *

Moradoras de rua, mulheres em situação de rua: mulheres em movimento

A instituição de políticas públicas e de uma rede socioassistencial a nível nacional voltada especificamente para a população em situação de rua é algo recente. Foi durante o Governo Lula (2003 - 2011), no ano de 2009, que foi instituído o Decreto nº 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Por esse fato, é comum as pessoas em situação de rua referirem-se ao ex-

presidente Lula¹ como “padrinho”, sobretudo nos tempos atuais, onde seu governo sofre ferrenhas críticas em um cenário político cada vez mais polarizado e essa população busca defender seus parques direitos, alcançados a duras penas.

Para delimitar o público ao qual se dirige esse Decreto, é definida população em situação de rua como

o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Será visto ao longo deste trabalho, no entanto, o quanto essa definição é relativa e rasa, se comparada à multiplicidade de vivências nas ruas, que insurge contra definições limitantes, que encerram os sujeitos em categorias.

Até aqui, tenho trazido em meus trabalhos a denominação população/pessoas em situação de rua para me referir aos e às interlocutores(as) dos trabalhos. Contudo, nesta dissertação trarei os termos mulher em situação de rua e moradora de rua como equivalentes, em respeito às manifestações das interlocutoras, que demonstraram objeção apenas quanto a termos como “mendigo”, sendo que uma delas declarou considerar “nada a ver” o termo situação de rua, pois para ela “morador de rua” é mais simples.

Trago também, nesta dissertação, a expressão *mulheres em movimento*, como uma categoria social que se refere à relação complexa que as interlocutoras mantêm com as ruas da cidade, sem trazer uma carga que aponta apenas para o estigma dessa relação.

Mulheres em movimento nos apresenta à potência de vida que insurge nas ruas da cidade contra modos de vida hegemônicos, à resistência às opressões e à criação e reprodução cotidiana de vidas que não estão apenas sobrevivendo, mas movendo e sendo movidas por esperanças e desejos, na dureza de uma sociedade que atinge de múltiplas maneiras suas corporalidades, com irrestritos ataques aos seus direitos mais básicos.

Para falar das vivências dessas mulheres que instituem movimentos múltiplos e complexos nas ruas da cidade, escolhi trazer suas falas ao longo de toda a escrita.

¹ Luiz Inácio Lula da Silva, mais conhecido como Lula, é um político, ex-sindicalista e ex-metalúrgico brasileiro, o 35º presidente do Brasil, que governou entre os anos de 2003 e 2011.

Antes de cada capítulo são trazidas as *Notas de campo*, como uma maneira de trazê-las apresentando o tema a ser discutido, a partir de suas experiências, e de abrir primeiramente o espaço para que elas falem por si.

É também uma maneira de não deixar de fora relatos que foram cedidos espontaneamente, sem necessariamente responder às perguntas colocadas na entrevista. É, portanto, uma maneira de não silenciar e não agir com uma postura colonizadora e hierárquica sobre essas mulheres e suas vivências. Elas são capazes de falar por si sem necessariamente ter várias teorias por trás da leitura de cada linha de seus textos, o tempo todo.

Além disso, ao longo do trabalho realizo as discussões teóricas acerca das posturas metodológicas que me guiaram na realização desta pesquisa e também das teorias que servem de base para a leitura de mundo que realizo enquanto pesquisadora. Lembrando sempre que, assim como Lemões (2017) inspirado por Taniele Rui, compreendo que o campo não é um “(...) lugar onde se prova hipóteses, mas onde se confronta teorias acadêmicas com tudo aquilo que se vê, ouve e sente” (RUI, 2014, apud LEMÕES, 2017, p. 40).

Assim, este trabalho está organizado em 3 capítulos, além desta Introdução e das Considerações finais. Cada capítulo é precedido por *Notas de campo* que trazem transcrições literais de falas das interlocutoras para evidenciar aspectos do que será discutido no texto do capítulo que vem logo em seguida. Em alguns trechos de *Notas de campo* haverá falas minhas entre colchetes, quando estritamente necessário para a compreensão da fala da interlocutora em questão. Como capa de cada capítulo trago ilustrações da artista cearense Raisa Christina, que evocam, por meio da postura corporal da figura representada em cada capa, a evolução de emoções e mudança de perspectiva que acontece ao longo do trabalho.

No Capítulo 1 *Pesquisa: movimentos e desafios* trago para discussão minhas inspirações metodológicas e epistemológicas, com reflexões que perpassam o lugar dos afetos e emoções na pesquisa, a posicionalidade da pesquisadora e as epistemologias feministas. Este caminho da pesquisa constitui-se em afetos em movimento e experiências de espaço das interlocutoras e minhas.

Apresento, então, neste primeiro capítulo, quem são as *mulheres em movimento* junto das quais construí este caminho. Apresento, também, as metodologias utilizadas para organização e análise do percurso realizado e das experiências vividas e observadas.

No Capítulo 2 *Mulheres: corpos e(m) movimentos* realizo o resgate teórico acerca da discussão acadêmica sobre a temática da população em situação de rua, que revela o espaço da rua como sendo majoritariamente masculino, o que demonstra a importância da discussão de questões relativas ao gênero feminino e às experiências femininas em situação de rua, que são também discutidas neste capítulo.

Além disso, trago a perspectiva de espaço relacional e do espaço como experiência corporalizada, que movem os questionamentos de pesquisa, e a discussão da corporalidade na reflexão sobre espaço, que são inseparáveis neste contexto.

No capítulo 3 *Geografias de corpos em trajetórias não lineares* trago para análise os relatos das oito (8) mulheres em movimento sobre as quais e a partir das quais este trabalho enuncia suas discussões. Entre interpretações e transcrições de falas, construo o capítulo que irá analisar e mostrar as experiências de espaço dessas mulheres, os movimentos múltiplos que realizam, a relação corpo-espaço e como tudo isso é trazido no discurso das interlocutoras de forma a demonstrar a existência de interdições corpóreas em múltiplos níveis nas suas vidas.

Notas de campo I

Em uma sala do Centro POP de Pelotas, ouvi os mais diversos relatos de vida de mulheres em movimento. Sentadas em uma cadeira ao meu lado ou à minha frente, em salas ocupadas com armários contendo suas informações pessoais e tantos outros dados seus e de outras mulheres e homens, elas me contaram as causas de seu ingresso nas ruas, os abusos e violações que sofreram e ainda sofrem, e contra os quais esperam um dia não precisar mais se defender e lutar, pois esperam vencê-los.

Aqui e antes do início de cada capítulo dessa dissertação, são suas vozes – transcritas em itálico – que dão o tom e apresentam o tema da escrita que se seguirá.

Eu, qualquer coisinha, eu grito, guria! Eu grito, eu chamo qualquer pessoa. E me dou o respeito! Essa é a maior proteção que a gente tem, né? Tem que se dar o respeito! Porque eu, tem uma coisa, ó: eu durmo no meio de dois, três homens, ali na frente do banco. E eu me respeito!

Eu sou assim: tô sempre rindo, brincando, bobeando, pode ver. Mas se eu tiver que me dar o respeito, vou me dar sempre o respeito, que nem eu faço todos dia. Pode perguntar pra gurizada aí, ó! Todo mundo se dá bem comigo. Eu me dou o respeito! Durmo no meio de um monte de macho, aí, ó. Só eu de mulher, às vezes. Mas eu me dou o respeito e ninguém se abusa de mim, entendesse? Isso é uma coisa muito... que aí vai muito da mulher também.

(Teresa, mulher branca, 35 anos).

Se mora na rua, tem que ter um homem pra proteger. Porque nem todos usuários de crack são iguais. Tem uns que são perigo até te agarrar a força. E aí a mulher que chega e diz assim: “porque eu sei, eu me cuido e não sei que, e se chega um e faz isso comigo eu pego e derrubo!”, não existe isso. Não existe isso. Por isso que eu acho que tem que ter um homem, sim, pra defender. Mas, hoje em dia, essas pessoas no mundo do crack tá difícil defender a mulher que tem na rua. Porque nem todos os homens pensam em defender as suas próprias mulheres na rua. Deixam

elas jogada e diz assim: “eu quero só mais uma pra mim fumar”. Entendeu?

** * **

[O mais desafiador para a mulher na rua] é tu de repente subir num carro e tu de repente achar que aquela pessoa vai fazer programa contigo, vai te pagar direitinho e ela não te pagar e ainda te machucar. Já aconteceu comigo isso também. Porque tu tem que tá sempre antenado pra tudo na noite. Na noite eu andava armada. Porque tinha pessoas que eu nem conhecia. E uma vez tentaram fazer isso aí comigo. E eu reagi. Ainda bem que eu tava com um troço pra me defender. Peguei o que eu tinha e me defendi. Andava com faca, com estilete, com canivete, com qualquer coisa. Com gargalo de garrafa também. Às vezes não tinha estilete, não tinha uma coisa, tinha gargalo de garrafa. Quebrava garrafa que eu achava nas rua e carregava. Carregava na bolsinha. Numa bolsinha pequenininha que eu usava. Ou se não eu botava na bota, que eu andava sempre de bota longa e eu botava aqui.

Hoje em dia não tem nada disso porque eles têm respeito e conhecem quem é o meu marido, entendeu? E então quer dizer que eles me respeitam muito nessa parte. Agora elas, elas tão propensa a qualquer coisa, porque elas não têm um marido que seja encarnado nelas e que ame elas de verdade. Que por elas eles fazem qualquer coisa, entendesse? Então elas se deram esse gosto porque elas acham que a vida delas é tão normal. Ir ali, se prostituir numa esquina... Pra depois levar a pedra pro vagabundo, que não tá nem aí pra elas. Entendeu?

(Carolina, mulher negra, 29 anos)

É que nem diz, dizem, não sei se é verdade, que dizem que mulher na rua sozinha é um... como é que se diz? Uma pessoa mais sensível que o homem. As mulher, com certeza, corre mais risco.

(Antonieta, mulher negra, 39 anos)

As mulher tem que ser tratada do mesmo jeito que os homem são tratado, entendesse? Que a mulher... tem muito preconceito com a mulher que mora na rua, se parar pra olhar, assim, entendesse? Meu ponto de vista é: que a mulher e o homem tem que ser tratado igual, do mesmo jeito. O que serve pra um, serve pra

outro, entendeu?

(Dandara, mulher negra, 25 anos)

Capítulo 1 - Pesquisa: movimentos e desafios



CAPÍTULO 1 – PESQUISA: MOVIMENTOS E DESAFIOS

“Os afectos atravessam o corpo como flechas, são armas de guerra”

Gilles Deleuze e Félix Guattari

Esta citação de Deleuze e Guattari ilustra bem o que sinto em relação a este trabalho. Como poderá ser notado já desde o primeiro capítulo, os afetos são parte integrante e possuem papel fundamental na construção desta trajetória de pesquisa.

De modo que este capítulo é composto por narrativas de experiências que demonstram quão tênue é a linha que divide cotidiano e trabalho de campo em uma pesquisa como esta – se é que existe tal linha. Quanto mais se aproxima do objeto de pesquisa em questão, mais somos tomados de assalto por notícias e acontecimentos que se exibem aos nossos sentidos com cada vez mais transparência.

Trago também neste capítulo discussões que considero de fundamental importância para uma geografia que agrega as vozes de sujeitos historicamente *invisibilizados*, tais como as epistemologias feministas, a interseccionalidade e a posicionalidade do(a) pesquisador(a) que realiza e constrói tal ciência.

1.1 A vida por um fio

Porto Alegre, 24 de outubro de 2018

Final da manhã de uma quarta-feira. Em casa, acesso uma de minhas redes sociais e, ao verificar as mensagens recebidas, vejo o link de uma notícia, compartilhado por um amigo próximo, que anunciava o feminicídio de uma moradora de rua em Pelotas², seguido pelo desabafo sobre estarmos vivendo tempos difíceis. Esse tipo de comentário se tornara recorrente nas conversas dos últimos tempos, devido à onda fascista e de discurso de ódio que se instaurava de maneira cada vez mais forte no período de eleições presidenciais.

Mas, aquela notícia em especial vinha carregada com um conteúdo particularmente difícil de digerir, para mim, que vinha há meses acompanhando

2 A notícia encontra-se no Anexo I. Por uma questão de respeito à vítima, e por considerar desnecessária a exposição, tomei a liberdade de retirar as imagens notícia, pois traziam o corpo como foi encontrado.

algumas das mulheres que vivem em intensa e complexa relação com as ruas da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul.

O que levou o agressor a cometer o feminicídio: o suposto furto de uma quantia de 10 reais. O assassino: um homem também em situação de rua. A mulher foi morta a pancadas de barra de ferro e encontrada de manhã cedo em uma das principais e mais movimentadas avenidas da cidade de Pelotas. No local foram encontrados preservativos. O homem, preso em flagrante pela Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), encontrado poucas horas depois com as roupas sujas de sangue, vai responder por feminicídio. Ele afirma ter mantido relações sexuais consensuais com a vítima, o que seria confirmado por exames.

Ao ler a notícia pela primeira vez, fiquei paralisada. A mulher assassinada já havia sido identificada e o nome não coincidia com nenhum dos nomes das mulheres com quem eu havia convivido e entrevistado até então. Mas a idade e a localização em que foi encontrada eram próximas às informações de Beatriz³, a interlocutora com quem tive contato de maneira mais próxima durante os meses de trabalho de campo. Fui tomada de uma sensação de impotência e angústia, pois, além do impacto da notícia, sentia a necessidade de confirmar quem era a mulher, mas não conseguia. Telefonei para o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) de Pelotas, mas como se aproximava do horário de almoço, não fui atendida.

Reli a notícia várias vezes, na esperança de que alguma informação nova, não percebida anteriormente, saltasse aos olhos e me trouxesse algo que nem sequer eu mesma saberia dizer o que era. Pensei que talvez Beatriz pudesse ter me informado outro nome que não o de seus documentos e registros e sim, poderia ser ela a mulher de quem a notícia falava. E eu não sabia o que fazer.

Fiz inúmeras perguntas ao meu amigo que enviou a notícia, que também conhecia Beatriz, mas ele estava igualmente perdido e preocupado. Algumas horas depois, ainda envolvida por um turbilhão de sentimentos que iam do horror à angústia, passando pelo choque e sensação de impotência – por estar longe e por saber que, mesmo estando perto, não poderia mudar o que aconteceu – consegui contato com a coordenadora do Centro POP de Pelotas, que também havia estado

3 Todos os nomes das interlocutoras foram trocados por nomes fictícios, por questão de segurança.

com a mesma dúvida que eu, mas confirmou que a mulher não era Beatriz e que a mesma não havia passado pelo Centro POP, portanto não a conheciam, nem eu mesma cheguei a conhecê-la.

Essa confirmação, contudo, não me trouxe alívio. Por um momento me senti aliviada, sim, pois Beatriz foi a mulher com a qual teci o vínculo afetivo mais forte e prolongado ao longo do Mestrado, e seria um choque muito grande perdê-la dessa maneira. Entretanto, permanecia um sabor acre na boca e meu coração parecia pequeno para tantas sensações distintas, ao pensar que uma mulher foi assassinada daquela maneira. Por um homem também morador de rua. A pancadas de barra de ferro. Por causa de dez reais. O motivo torpe e a crueldade na execução e aumentam a indignação, mas retirando tais características, continua a ser inaceitável. Uma mulher em situação de rua foi morta por um homem na mesma condição (no que se refere à ausência de domicílio fixo).

Passei dias sentindo um aperto no peito e involuntariamente imaginando a cena ao fechar os olhos, sem conseguir conter as lágrimas. Quando o turbilhão de emoções foi se dissipando (mas não ausentando-se) dentro de mim, pude pensar melhor acerca de tudo o que aconteceu.

Em um primeiro momento, confesso que um dos primeiros pensamentos que me tomou foi o de desistir dessa pesquisa, para não correr o risco de passar por isso novamente. Mas, após pensar melhor, percebi que acontecimentos como esse apenas confirmam a importância deste trabalho.

Reafirmam a necessidade da discussão das relações de gênero no universo da rua. Reafirmam ainda a necessidade da consideração da interseccionalidade de múltiplas categorias sociais vividas pelos corpos femininos na análise de situações sociais complexas.

Mulheres e homens em situação de rua são estigmatizados por outras parcelas da sociedade, mas os homens, embora possam atuar enquanto parceiros, protetores e provedores em alguns contextos, continuam a agir conforme a estrutura patriarcal e machista da sociedade em que vivemos: perpetuam a violência de gênero ao exercer poder sobre os corpos femininos, inclusive no que diz respeito a cessar seus movimentos – tirando-lhes a vida, em casos extremos, porém não raros.

Eis aqui mais um relato, que se soma a tantos outros já existentes, e que reforça a importância de atentar para as inúmeras violações de direitos sofridas por essas mulheres e de se levantar contra elas.

* * *

Este é um trabalho sobre as mulheres que vivem em situação de rua na cidade de Pelotas, município localizado na região sul do estado do Rio Grande do Sul. Um trabalho no qual eu tive como principal prática a da escuta atenta e olhar sobre o outro. Não desejo, tampouco sou capaz de dar voz a nenhuma das mulheres sobre as quais falo e cujas vozes trago neste trabalho. Elas são sujeitos potentes e capazes de falar por si mesmas. Quando dizemos que elas são invisíveis é porque, muitas vezes, nós as tratamos assim. Nós, que temos mais do que apenas o céu como teto para nosso descanso.

Como pesquisadora posso, contudo, utilizar de meu lugar socialmente privilegiado para construir um trabalho a partir de suas vozes. Trazer as suas vozes para dentro da universidade, um espaço que ainda lhes é interdito. Abrir a possibilidade de que sejam ouvidas por outras pessoas que sequer imaginam toda a complexidade que envolve suas vidas – assim como eu não imaginava antes de ouvir suas histórias e, até mesmo, desabafos. Além disso, as oportunidades de engajamento em auxílios diversos no cotidiano dessas mulheres são múltiplas. E não se trata de um “paternalismo acadêmico”, mas sim de uma postura humana, o mínimo que se pode fazer ao enxergar pequenas necessidades que, do meu lugar privilegiado, posso ajudar a suprir de maneira imediata.

Dois dias depois que tive contato com a notícia relatada anteriormente, recebo uma ligação de um amigo de Pelotas, mas quem atende é Beatriz, a mulher que eu pensei ser a vítima do feminicídio mencionado. Ela fala, eufórica, com a voz ora estridente, ora rouca que lhe é característica: “Meu amoor! Não fui eu, eu tô aqui, eu tô viva! Podia ter sido eu, mas não foi, graças a Deus!”.

Pergunto como ela está e ela diz estar muito abalada com aquilo, por ver uma mulher em uma condição semelhante à sua passar por tal situação. Se emociona ao falar, e afirma que aquilo lhe deu forças para mudar, para buscar ajuda na luta contra o alcoolismo e tentar retornar para casa, para junto da família. Conversamos por alguns minutos e, ao nos despedirmos, ela fala: “Meu amor, eu te amo! Eu te amo, viu?! Muito obrigada por se preocupar comigo, mas fica tranquila, que eu tô bem, na medida do possível”. Respondo que também a amo e quero que ela se cuide, e prometo uma visita assim que for possível.

Receber essa resposta de Beatriz renova o ânimo para seguir na escuta

atenta a essas mulheres. Por mais que eu não seja capaz de solucionar os seus problemas, como a necessidade de uma casa e um emprego, necessidades básicas às quais elas não têm acesso, acredito que essa escuta, o afeto e as trocas cotidianas já realizem alguma transformação em suas vidas. Na minha vida, é imensurável a transformação que acontece a cada encontro. Além disso, é possível que a discussão de suas vivências e os relatos de violações de direitos que elas trazem, trazidos para a Universidade, possam servir como base para pensar políticas públicas de combate a tais violações.

Sempre que apresento esta pesquisa em ambientes acadêmicos ou a menciono em outros ambientes, escuto de amigas, amigos e colegas que ouvir os relatos das interlocutoras mudou sua maneira de visualizar a elas e às situações em que vivem e transformou seu tratamento quando do contato com pessoas em situações semelhantes nas ruas.

Esse não foi um objetivo traçado em projeto de pesquisa, mas me sinto realizada quando recebo essas respostas. E me sinto realizada não por vaidade acadêmica ou semelhante, mas por elas, por conseguir fazer deste trabalho uma ponte para que um pouco do estigma que as envolve seja rompido. E espero que aquelas e aqueles que lerem este trabalho possam constituir-se como parte dessa rede que busca ver com os olhos da empatia e não da discriminação essas mulheres que vivem a cidade de outras maneiras que não as nossas, e que insurgem em seus espaços por conta disso.

1.2 A inserção em campo e os caminhos metodológicos: afetos em movimento e experiências de espaço

Para Favret-Saada (2005), a realização de uma etnografia não depende puramente do interesse em observar determinados sujeitos e suas dinâmicas, mas também e principalmente de a pesquisadora ou pesquisador, também sujeito, aceitar *ser afetado* por aquilo que acontece na relação com aqueles a quem procura conhecer. Para a autora, “aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada” (FAVRET-SAADA, 2005, p. 160).

Essa disposição para ser afetado diz respeito sobretudo a relações

involuntárias, não guiadas por um roteiro que prescreve a relação entre pesquisador e objeto de pesquisa. É nesses momentos de interação desprovida de intencionalidade que ocorre a comunicação mais rica, porque espontânea, não apenas na etnografia, mas também na realização de pesquisas que se utilizem da observação participante como metodologia, de uma maneira geral.

Foi em momentos como esse que se deu a construção de minha relação com Beatriz, a única entre oito interlocutoras que não entrevistei formalmente. Mas antes de dizer mais acerca da relação construída com Beatriz e detalhar os passos metodológicos, é oportuno dizer que este trabalho está baseado em material obtido em trabalho de campo, sendo sete entrevistas realizadas no Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) da cidade de Pelotas (com as interlocutoras Teresa, Dandara, Antonieta, Chiquinha, Carolina, Ruth e Jurema) e relatos de Beatriz, que foi acompanhada diretamente nas ruas durante 10 meses.

Os nomes das interlocutoras são fictícios, para preservar suas identidades. O nomes escolhidos para representá-las são de mulheres negras que possuem histórias de resistência. Teresa do Quariterê ou Teresa de Benguela ficou conhecida por liderar o Quilombo do Quariterê por cerca de 20 anos, na segunda metade do século XVIII. Dandara dos Palmares pegou em armas para lutar pela libertação de mulheres e homens escravizados, sendo mãe de 3 filhos. Após ser presa, no ano de 1694, se suicidou, por se recusar à retornar à condição de escravizada.

Antonieta de Barros foi a primeira deputada estadual negra do Brasil e primeira deputada mulher do estado de Santa Catarina. Chiquinha Gonzaga foi compositora, maestrina e pianista, primeira mulher a ser pianista do gênero musical choro e primeira mulher a reger uma orquestra no Brasil. Carolina de Jesus, cujas palavras trago na epígrafe desta dissertação, foi uma escritora que viveu na Favela do Canindé, em São Paulo, e se tornou conhecida por seus escritos em Quarto de Despejo: diário de uma favelada, no qual descreve seu cotidiano na favela e questiona a estrutura social que lhe impôs tantas mazelas.

Ruth de Souza é atriz e foi a primeira mulher negra no teatro, cinema e televisão brasileira. Jurema Batista é uma mulher com grande destaque na política nacional, que presidiu a Comissão de Combate à Discriminação de Etnia, Religião e Procedência Nacional durante seu mandato como deputada estadual do Rio de Janeiro, em 2002. Hoje faz parte do Movimento Negro Unificado, como

coordenadora de formação política. Beatriz Nascimento foi uma historiadora, professora, poeta e ativista pelos direitos humanos das mulheres e dos negros. Sua obra caiu em grande esquecimento após ter sido assassinada no ano de 1995, mas foi e é de grande contribuição aos estudos raciais no Brasil.

Antes de detalhar o caminho percorrido até o estabelecimento do contato com as mulheres em movimento, apresento as mulheres cujas experiências de espaço constituem base para este trabalho, a fim de que se tenha conhecimento desde já de quem são as interlocutoras sobre as quais versa esta construção.

1.2.1 Experiências de espaço: quem são as mulheres em movimento?

Carolina é uma mulher negra, magra, de cabelos crespos, 29 anos de idade, com uma história de vida extensa e repleta de conflitos. Teve cinco filhos, dentre os quais perdeu três. Dois devido a aborto espontâneo e um que faleceu ainda recém-nascido, por conta de um refluxo. Esteve internada em casas de recuperação de entidades religiosas por duas vezes, na tentativa de se livrar do vício do crack.

Foi por conta desse vício, que ela relata ter adquirido por curiosidade, para entender por que o marido gostava tanto do crack, que ela findou por inserir-se no universo das ruas. Seu companheiro vendeu, por conta de dívidas relacionadas à droga, a casa que tinham, levando-os à situação de rua.

Seu maior anseio é conseguir se desvencilhar da dependência química e poder conseguir emprego e estabilizar sua vida financeira, para poder ter uma casa. E deseja o mesmo a todas as mulheres em situação de rua.

* * *

Beatriz é uma mulher branca, magra, de olhos claros, 47 anos de idade, cabelos cacheados – ela os deixa quase sempre presos em um rabo de cavalo bem apertado, que faz a raiz parecer quase lisa. Não a considero uma figura representativa das mulheres em movimento da qual trata este trabalho, pois Beatriz vem de uma das famílias mais ricas da cidade de Pelotas e sua maneira de falar e relacionar-se com as pessoas, sua criação e corporalidade são bastante particulares, se comparadas às demais mulheres em situações semelhantes.

Seus pais possuíam importantes negócios e empresas na cidade de Pelotas.

Sua casa era um típico casarão de família rica pelotense, que ainda existe, mas onde atualmente reside a irmã com sua família e com o filho de Beatriz. Ela conta que seu pai faleceu devido a um câncer e nessa época sua família já não estava mais tão abastada como em outros tempos. Contudo, a causa do ingresso de Beatriz nas ruas não foi econômica. Quando a conheci, ela estava habitando as ruas há cerca de cinco anos.

Segundo ela, morar na rua não foi exatamente uma decisão que ela tomou e caminhou em sua direção, determinada. O que a levou a esse contexto foi a morte de sua mãe, que aconteceu algum tempo depois da morte de seu pai.

Ela era meu chão, minha vida, meu amor, meu tudo. Nós passávamos as tardes sentadas na cozinha tomando mate e conversando. Quando ela faleceu, eu fiquei sem rumo, desesperada. Saí andando pelas ruas sem destino e sem saber o que fazer. E nunca mais consegui voltar. Acabei conhecendo o Lucas⁴, no primeiro dia que tava na rua. E a gente ficou junto até hoje. E minha família não gosta dele. Eu também não conseguia largar a canha⁵, aí minha irmã não me deixou voltar pra casa quando eu quis. Aí tô aqui, minha amiga. Até hoje. (DIÁRIO DE CAMPO, NOVEMBRO DE 2017).

Em nossas conversas, Beatriz contou que já viajou para vários países, dentre os quais menciona com maior carinho a Itália, pela descendência de sua família, e que também conheceu inúmeras praias do Nordeste. Nos primeiros encontros, Beatriz sempre imitava meu sotaque cearense, em tom de brincadeira, e dizia que o achava lindo, e que eu a fazia lembrar de suas viagens ao Nordeste, inclusive a Fortaleza, onde ela conta que comeu muitas tapiocas, e diz que sente saudades.

Conta que durante a juventude ingressou em cinco cursos universitários, dentre eles o curso de Direito, mas que nunca concluiu nenhum. Sua maneira de falar é culta e a postura corporal elegante e imponente ao sentar, falar e gesticular, mas geralmente um tanto sem equilíbrio no andar, principalmente depois de alguns goles da “canha”, que é companheira diária.

* * *

Teresa é uma mulher também branca, magra, de olhos claros e cabelos lisos,

4 Lucas é um nome fictício para designar o companheiro de Beatriz, de quem ela estava sempre junto.

5 Gíria para designar “cachaça”.

35 anos de idade. Sua expressão corporal durante nossa conversa era de pressa, o que era confirmado pelas suas próprias palavras e velocidade com que respondia às perguntas. Conforme foi mencionado anteriormente, quando convidada a participar da pesquisa por meio de entrevista, Teresa recusou, mas mudou de ideia espontaneamente. Contudo, ditou o ritmo, pois ela já estaria extrapolando seu limite de tempo para permanecer no Centro POP.

Quando conversamos, Teresa disse estar em situação de rua há quase um ano, por conta de um incêndio que destruiu sua casa em uma zona periférica da cidade de Pelotas. Ela não dá maiores detalhes, apenas diz que a casa “pegou fogo”. Quando inicia a curta narrativa de sua situação de movimento na cidade, Teresa dá a entender que realiza “programas” de prostituição para “ganhar a vida”, mas não entra em detalhes, nem sequer fala de maneira direta a respeito.

Ela diz: “(...) eu tenho dois filhos, então eles tã com uma senhora da igreja e eu faço a vida na rua. É o que tem...” Questiono então como ela “faz a vida” na rua. Ela responde: “do jeito que tiver que fazer, se é que tu me entende, né? É assim que funciona. Não só eu, como qualquer outra mulher também” (DIÁRIO DE CAMPO, ago. 2018). Ela foi a mulher que mais demonstrou confiança e autossuficiência no que diz respeito a “se cuidar” para se proteger nas ruas, sem a companhia de um homem. Ela atribui a isso o fato de que ela “se dá o respeito”. Essa é uma fala recorrente nos discursos das mulheres que foram entrevistadas e será discutida com mais detalhes mais adiante.

* * *

Ruth é uma mulher negra, de 31 anos, com uma aparência que, a meu ver, dificilmente seria apontada como sendo de uma mulher em situação de rua: roupas com aparência de novas, cabelos pretos e longos trançados. Foi diagnosticada com transtorno bipolar e realiza tratamento com remédios e acompanhamento psiquiátrico mensal. Apontando mais uma vez para a multiplicidade de vivências que é encontrada nesse contexto, Ruth não morava propriamente nas ruas quando conversamos, mas sim em uma pensão na qual pagava R\$ 320 por um quarto, com todas as contas inclusas, exceto a alimentação. Ela conta que há no local uma geladeira compartilhada por todos, mas que há quem roube a comida que se guarda lá.

Ela foi a única mulher entrevistada que não permitiu a gravação de sua fala, portanto não possuo muitos trechos de sua fala reproduzidos, mas sim o seu conteúdo, de maneira fiel à essência, mas não com a exatidão de palavras. Ruth é órfã – a mãe faleceu devido a um câncer e o pai devido ao alcoolismo – e estava em situação de rua há três anos e dois meses quando conversamos, em agosto de 2018. Conta que se sustenta com o valor mensal de R\$ 91 reais que recebe do Programa Bolsa Família e que recebe benefícios de órgãos de assistência social devido à doença que a mãe tinha.

Além disso, se beneficia dos serviços ofertados pela rede socioassistencial para a população em situação de rua, bem como o Centro POP, o Restaurante Popular, também se alimenta nas Organizações Não Governamentais (ONGs) e recebe doações de diversas pessoas, que ela não especifica quais. Não tem filhos e não quer ter, pois segundo o psiquiatra que a acompanha, uma gestação poderia desencadear um quadro maníaco em sua condição bipolar, e por isso ela toma pílulas anticoncepcionais desde os dezesseis anos de idade.

* * *

Antonieta é uma mulher negra, 39 anos, de baixa estatura, gorda e de cabelos cacheados, que faz questão de prender em um rabo de cavalo bem apertado (assim como Beatriz), sob a justificativa de que odeia cabelo cacheado, mesmo que todas as funcionárias do Centro POP tenham elogios aos seus cachos, que são bem definidos sem que ela precise utilizar de nenhum artifício, apenas pentear.

Segundo ela, iria completar um ano de situação de rua em breve, quando conversamos. A causa para o ingresso à vida nas ruas foi briga com o ex-marido: “cada vez que (eu morava lá no Jardim [América]), eu me 'pechava' com ele, a gente brigava, aí eu vim pra rua. A casa era dele, o pai dele deu pra ele” (DIÁRIO DE CAMPO, nov. 2018).

Antonieta se mantém, assim como Ruth, por meio dos benefícios sociais da rede socioassistencial e ONGs. Tem um companheiro também em situação de rua e diz que sua proteção é ele e os amigos, pois sua principal estratégia quanto aos perigos da rua é andar sempre em grupo. Tem quatro filhos, duas meninas de 6 e 8 anos, que foram tomadas pelo Conselho Tutelar, e dois garotos de 15 e 17 anos,

que moram com o pai e com uma tia (sua irmã), respectivamente.

* * *

Dandara, mulher negra de 25 anos, cabelos pretos e longos trançados, vestia uma camiseta fabricada para ser masculina (como parte dos ideais de gênero a serem executados na nossa sociedade) quando nos encontramos, em novembro de 2018. Afirmou estar há quase um ano em situação de rua, por conta de uma briga com a sogra. O marido é dependente químico e, segundo ela, está “tentando parar com a droga. Ele ficava no “entra-e-sai” dele, ela se cansou, se aborreceu, aí pediu pra nós sair. E aí a gente teve que sair, porque a casa, o pátio era dela. Isso vai fazer um ano.” (DIÁRIO DE CAMPO, nov. 2018)

Dandara tem dois filhos, um garoto de quase 3 anos de idade, e uma garota de 7 anos, que moram com sua mãe. Ela divide a rotina entre o trabalho de guardadora de carros junto do companheiro e buscar as crianças na casa da mãe, levar à escola, buscar na escola, passar algum tempo com elas e depois levar de volta à casa de sua mãe, para então poder se dirigir ao Albergue noturno, onde dorme com o companheiro.

Sua maior queixa com relação aos serviços públicos é não existir um local onde ela possa pernoitar junto das crianças, “porque é filho, tem que carregar o filho. Pra mim, no caso, filho é pra andar com a mãe e o pai. Se pudesse chegar no albergue e dormir com o filho, ia ser ótimo” (DIÁRIO DE CAMPO, nov. 2018).

* * *

Chiquinha é uma mulher branca, de 34 anos e pele com uma aparência brilhante e bem cuidada. De baixa estatura, cabelos médios e ondulados e comportamento tímido. Quando conversamos, em novembro de 2018, estava em situação de rua há dois meses. “Eu sou dependente química. Então, assim, pra não incomodar minha mãe em casa por causa disso, eu resolvi sair” (DIÁRIO DE CAMPO, nov. 2018).

Chiquinha consegue seu sustento por meio da atividade de guardadora de carros, junto ao marido. Tem três filhos: a mais velha, de catorze anos de idade, mora com o pai, a do meio, de dez anos, com a avó, mãe de Chiquinha, e a de seis anos teve a guarda concedida à sua irmã pelo Conselho Tutelar. Ela considera que a vida pra homens e mulheres que moram na rua é a mesma, mas diz não

considerar tranquilo ficar sozinha na rua, e que só vive tranquila atualmente porque conta com a proteção do marido.

Seu desejo para a melhora dos serviços públicos de atendimento à população em situação de rua é uma maior oferta de emprego, que possibilitasse a ela ter uma renda suficiente para alugar um local para morar.

* * *

Jurema, 55 anos, é uma mulher branca e a mais velha dentre as interlocutoras. Cabelos lisos e grisalhos e uma expressão de angústia e preocupação no rosto. Está em situação de rua há aproximadamente 4 anos, desde que sua casa foi invadida e ela não conseguiu recuperar.

Jurema prefere, por questão de segurança, não dizer onde fica a sua casa. Se queixa que o poder público oferece, a ela e às demais mulheres que moram na rua, poucas oportunidades de mudança do quadro de vida, e impõe muitas burocracias na resolução de questões como a da invasão de sua casa. “O poder público, no geral, não fez nada. Nem a nível estadual, nem municipal, nem federal e tudo. E ficou por isso mesmo” (DIÁRIO DE CAMPO, nov. 2018).

Ela tem cinco filhos, todos adultos, dentre os quais alguns estão em situação de rua. Jurema sofre de depressão e já passou por diversas internações desde a invasão de sua casa, tendo chegado a tentar suicídio. Seu tempo em situação de rua é alternado entre internações em casas de recuperação e serviços de pernoite em órgãos municipais.

* * *

Os trabalhos de campo possibilitaram uma observação participante com registro em diário de campo, e além disso foram realizadas entrevistas com as sete interlocutoras mencionadas. Cabe agora, explicitar o caminho desde a escolha do tema de pesquisa e os percalços e mudanças que se fizeram necessárias ao longo de sua realização, que acontece enquanto todos os demais aspectos da vida – minha e das interlocutoras – também se realizam. Destaco o caráter de humildade (KNOPP apud SILVA, 2010) que estes percalços trouxeram a mim enquanto pesquisadora, desmantelando a ambição de pesquisa com a qual iniciei o curso de

Mestrado, pois demonstraram que não sou capaz de realizar a pesquisa exatamente da maneira como imaginei, pois a realidade dos sujeitos envolvidos no estudo é muito mais ampla do que qualquer ambição acadêmica e não se curva a esta última.

A escolha pelo foco nas mulheres em situação de rua decorre, principalmente, de uma ocasião específica, em trabalho de campo para a construção do trabalho de conclusão de curso de bacharelado em Geografia. Naquela ocasião, entrevistei homens e mulheres que viviam em situação de rua no Centro da cidade de Fortaleza, Ceará e, ao questionar a um dos homens sobre a existência de mulheres em situação semelhante à sua nas proximidades de onde morava, ele afirma que há algumas, sim, mas que para a mulher a vida é mais fácil, pois a mulher “já nasce com o ganha-pão”. A facilidade de nascer com o “ganha-pão”, no caso, é a possibilidade da prostituição.

Ouvir tal afirmação me causou certo espanto, e fiquei determinada a ouvir das mulheres os relatos de suas próprias experiências, para saber se esse aspecto apontado por um homem como facilidade seria visto da mesma maneira pelas mulheres. Assim, ingressei no Mestrado com um projeto que visava à escuta dessas mulheres sobre suas vivências na cidade a partir de um corpo feminino marcado por estigmas, discriminação e violações, advindos da condição social e de gênero.

É fato que tanto homens, quanto mulheres em situação de rua, possuem estigmas marcados em seus corpos, entretanto, as mulheres vivem realidades muito distintas que passam a ser também uma questão de gênero – uma vez que sofrem duplo preconceito.

1.3 Campo e cotidiano: corporalidades e cidadanias em distinção

A princípio planejei utilizar apenas a metodologia da observação participante e do registro das observações em diário de campo, que seria utilizado para compor o trabalho final como uma descrição densa, ao estilo etnográfico. Quis evitar o uso de entrevistas, para possibilitar a captação de aspectos das vidas das interlocutoras em momentos mais espontâneos, de convivência direta nas ruas, acompanhando-as em seus trajetos cotidianos, como fez Lemões (2013) em sua etnografia da construção de vínculos entre homens e mulheres em situação de rua.

Contudo, ao realizar vários trabalhos de campo exploratórios pelas ruas de Pelotas, com vistas a estabelecer esse contato direto, obtive sucesso apenas no

contato continuado com Beatriz, cujo contato inicial foi mediado por um amigo que morava perto do lugar onde ela havia se estabelecido com o companheiro. A mediação de um conhecido foi fundamental para esse contato, mas também a condição social de Beatriz anterior ao ingresso nas ruas tornou-a uma mulher muito comunicativa e que fazia questão de estabelecer vínculos para além dos pares da rua. Beatriz foi a única que esteve sempre à disposição para marcarmos encontros, tomar café, para tardes de conversa e caminhadas pelas cercanias de sua “mansão de vidro”, como ela e o companheiro nomeavam o lugar onde moravam.

A tentativa do contato direto nas ruas me levou a constatar de imediato algumas questões: 1) não é visível a presença de muitas mulheres em situação de rua na cidade de Pelotas; 2) quando encontrava algumas mulheres, o contato era sempre marcado por olhares desconfiados, resistência em dialogar por um tempo mais prolongado; 3) o terceiro ponto é um prolongamento do segundo, pois não conseguia encontrar as mulheres sempre no mesmo lugar ou proximidades, mesmo que combinasse um encontro e, 4) na maioria das vezes em que encontrava uma mulher na rua, ela estava acompanhada de um homem que não a deixava à vontade para conversar, muitas vezes causando certa intimidação também em mim.

Percebi, então, que minha própria corporalidade marcava um distanciamento para com as mulheres com quem buscava contato. Ainda que me vestisse de maneira simples quando saía em trabalhos de campo, minha aparência diz de imediato que vivencio outras espacialidades que não a da vida nas ruas. Além disso, senti um enorme desconforto em praticamente todas as vezes que abordei alguém diretamente nas ruas, pois sentia que estava invadindo o espaço alheio, o que parecia ainda mais forte a depender da resposta recebida.

Logo no início do Mestrado percebi que, em uma pesquisa como esta, muitas vezes não é simples distinguir trabalho de campo e vida cotidiana. Pelo recorte espacial se tratar da mesma cidade em que vivia e passava a maior parte do tempo, não era difícil me deparar com situações que colocavam à minha frente minhas questões de pesquisa.

Ao retornar para casa numa noite de sexta-feira após uma saída com amigos em Pelotas, passo em uma esquina da Rua Gonçalves Chaves, onde fica localizada a Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e onde tradicionalmente muitos jovens se reúnem para se divertir consumindo bebidas alcoólicas nas calçadas e mesmo na pista por onde transitam os carros, ao longo da rua. Me chamou a atenção a cena

que avistei de longe: diante da multidão de jovens brancos, bem arrumados, de classe média, se movimentava lentamente, abordando os grupos que bebiam, riam e conversavam, uma mulher magra, baixa, negra, de cabelos crespos e roupas “improvisadas”, que combinavam moletom com chinelos e meia.

Ela se movimentava de maneira alternada entre ir de grupo em grupo pedindo dinheiro e vasculhar as lixeiras públicas da calçada da Universidade em busca de algum resto que pudesse satisfazer às suas necessidades. Era sexta-feira à noite e eu não havia saído de casa com o objetivo de fazer pesquisa, mas ver que a única mulher negra numa multidão de pessoas era aquela que estava a pedir esmolas e vasculhar as lixeiras da calçada era uma cena impossível de não chamar a minha atenção.

Me aproximei, então, na intenção de que ela também nos abordasse e de que talvez eu pudesse estabelecer um contato com ela. Me preparei para dar-lhe algum dinheiro caso ela pedisse, não como uma isca para “capturar” uma interlocutora, mas como o mínimo que eu poderia fazer naquela situação em que era essa a necessidade que ela manifestava. Me posicionei na esquina oposta à que adentrei a rua, para que ela passasse por mim ao término do caminho que fazia, transitando entre os grupos. Enquanto isso, observei ao redor a fim de verificar a presença de mais pessoas negras no local, entre os jovens que bebiam. Contei quatro homens, todos de pele muito mais clara que a mulher que transitava entre eles.

Fiquei parada no local conversando com amigos enquanto fazia estas observações, na espera de que ela nos abordasse. Quando chegou próximo a nós, fiz contato visual, na tentativa de mostrar que ela poderia se aproximar, mas aparentemente meu olhar teve o efeito contrário. Ela se desviou e foi embora. Provavelmente eu estava muito ansiosa e ela percebeu que minha presença ali não era devida aos mesmos motivos dos demais. Talvez tenha sobrado ansiedade e faltado naturalidade no agir – e um copo de cerveja na mão, pois meus amigos e eu éramos provavelmente os únicos sem carregar um.

Episódios como este demonstram o quanto a corporalidade enuncia acerca das subjetividades e do funcionamento da sociedade. A única mulher negra em meio a uma multidão de jovens de classe média não aparentava ser tão jovem e não pertencia à mesma classe social dos demais, nem sequer pertencia à multidão que ali se encontrava, mas apenas transitava por ela com um objetivo específico.

Esta observação, por si só, já demonstra o que Milton Santos afirma quando

diz que “no Brasil quase não há cidadãos. Há os que não querem ser cidadãos, que são as classes médias, e há os que não podem ser cidadãos, que são todos os demais, a começar pelos negros que não são cidadãos” (SANTOS, 1996/1997, p. 134). Aquele corpo feminino que observei naquela ocasião vive uma multiplicidade de categorias sociais que individualmente já fazem recair inúmeros estigmas e desafios sobre os sujeitos que as carregam consigo. Quanto maior a quantidade de categorias estigmatizadas cruzadas sobre um indivíduo, menor é a consideração dele como cidadão pelos demais, dentro de uma sociedade que qualifica os sujeitos por suas posses, poder de consumo e aparência física. O que dizer, então, das vivências de uma mulher negra, de cabelo crespo, pobre e moradora de rua?

Eu não saberia o que dizer de suas vivências, pois minha corporalidade e minhas espacialidades na cidade são outras. Eu sou o Outro para elas. Elas são o Outro em relação a mim. Assim, não poderia me contentar com observações distantes e contatos fortuitos como vinha acontecendo até então. Mas a ideia inicial, de uma convivência prolongada que culminaria em um denso relato acerca das vivências que conseguisse obter com as mulheres em situação de rua não estava se apresentando viável e eu me percebi não preparada para aquele tipo de abordagem naquele momento.

1.4 Passo a passo se constrói o caminho

Ao perceber que a ideia inicial de contato direto nas ruas não havia funcionado da maneira como planejei, parti então para a mediação com instituições públicas que prestam assistência à população em situação de rua. Busquei a Secretaria Municipal de Assistência Social de Pelotas (SAS). Conforme orientação recebida pela chefe do Departamento de Proteção Social Especial de Média Complexidade (departamento no qual o Centro POP está alocado), redigi uma carta de apresentação⁶, na qual apresentei minha intenção de realizar pesquisa nas dependências do referido órgão, para que fosse oficializada a relação que ali se estabeleceu.

Já no primeiro contato com a coordenação da SAS, fui informada que a

⁶ A carta de apresentação encontra-se ao final dos trabalhos, nos apêndices. É importante ressaltar que na carta o título do trabalho e a metodologia estão diferentes do que é apresentado aqui, o que é consequência da dinâmica que o próprio processo de pesquisa seguiu no decorrer do mestrado.

frequência mensal de mulheres que utilizam os serviços municipais na cidade era de aproximadamente 9 mulheres para 120 homens. Essa informação confirmou a primeira constatação que havia feito em campo exploratório: há, de fato, poucas mulheres em situação de rua na cidade de Pelotas, se comparada à quantidade de homens. A princípio, o pequeno número me causou certo receio para o prosseguimento na pesquisa. Contudo, como a ideia era realizar uma pesquisa de cunho qualitativo, que reconhece a multiplicidade das vivências na rua, logo admiti a irrelevância do número neste trabalho.

Assim, estabeleci que o lócus da realização das entrevistas seria o Centro POP, um serviço federal previsto no Decreto nº 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, onde a população adulta em situação de rua pode obter atendimento psicossocial, tomar banho, café da manhã, acessar à internet, receber orientação e encaminhamento para o acesso a outros serviços públicos, desfrutar de uma área de convivência, dentre outras atividades. As pessoas podem acessar o local espontaneamente ou por encaminhamento de outros serviços da rede socioassistencial. Devido a essa dinâmica, haveria a possibilidade de eu encontrar as interlocutoras e realizar entrevistas no local sem haver maior comprometimento de seus horários para as demais atividades.

Nos primeiros trabalhos de campo que realizei no Centro POP, não comparecia nenhuma mulher. A coordenadora, que sempre se mostrou atenciosa e se colocou à disposição para auxiliar no que fosse necessário, justificava: “é como eu te falei, são poucas as mulheres que vêm, o que vem muito é homem. Mas qualquer dia elas aparecem, é que elas vêm e passam um tempo sem vir, mas sempre voltam”. Essa é uma dinâmica bem compreensível. No contexto da situação de rua, nada é constante ou linear, nem mesmo a presença nas ruas.

Como será visto quando discutidas as trajetórias das interlocutoras, é comum haver uma alternância entre dormir na casa de familiares, conhecidos e retornar para a rua propriamente dita. Ao contrário do que a definição trazida pelo Decreto nº 7.053/2009 sugere, a continuidade dos laços familiares é um fato presente na vida de várias dessas pessoas, como o antropólogo Tiago Lemões (2013) aponta:

A intermitência entre a casa e a rua, com temporadas mais ou menos longas numa e noutra dimensão – ou mesmo o contato diário com os familiares sem, contudo, “deixar a rua” – caracteriza uma configuração de relações com o universo sociofamiliar pautada pela

continuidade. (LEMÕES, 2013, p. 102)

Assim, como previsto pela coordenadora do Centro POP, após algum tempo, as mulheres voltaram a frequentar o local e consegui realizar as entrevistas, em dias alternados entre presenças e ausência de mulheres no lugar. Nas ocasiões em que frequentei o Centro POP, as reações foram diversas, tanto de homens quanto de mulheres. As funcionárias e funcionários perguntavam do que se tratava o meu trabalho e logo se colocavam a conversar sobre as mulheres que já haviam passado pelo local e sobre a pequena quantidade de mulheres em relação à de homens. Alguns já iam logo me avisar quando chegava alguma mulher, perguntando se eu gostaria que eles chamassem-na até mim ou se eu preferia ir até ela a fim de convidar para a entrevista.

Os homens em situação de rua olhavam curiosos e atentos. Certo dia, um deles me perguntou: “tu é funcionária nova, é?”, ao que eu respondi que não, que estava no local para fazer um trabalho da universidade. Nesse momento, uma funcionária fez uma intervenção, dizendo: “mas ela só quer falar com mulher, pode tirar o cavalinho da chuva”, em tom de brincadeira. O homem, então, responde em riso “ah, que pena, já ia pedir pra ser entrevistado”. Episódios semelhantes aconteceram, alguns com elogios explícitos à minha aparência, outros se restringindo apenas a olhares e comentários entre si.

É evidente que eu fui interpretada como uma agente do Estado naquele ambiente. Minha corporalidade, uma vez que não era lida como sendo de uma moradora de rua, logo era associada ao outro grupo possível naquele lugar: o dos funcionários.

Compreendo que essa leitura pode ter influenciado no modo como as mulheres respondiam às perguntas realizadas na entrevista, mas sei que fora daquele ambiente eu também seria lida de maneira semelhante, pois o ambiente da universidade é ainda uma realidade muito distante e idealizada para muitas dessas pessoas, o que hierarquiza as relações estabelecidas. Embora haja também pessoas em situação de rua com experiência ou mesmo formação no chamado ensino superior.

Contudo, busquei ter o cuidado de fazê-las não se sentirem coagidas a me conceder entrevista, como se fosse uma obrigação por eu estar “do outro lado” em relação a elas naquele local. Acredito ter sido bem sucedida neste aspecto, pois

recebi recusas bastante espontâneas e imediatas quando da realização do convite para a entrevista, além de hesitações genuínas, que pediam para deixar para outro dia ou diziam que precisavam pensar. Mas uma delas, Teresa, mudou de ideia também espontaneamente, instantes após recusar dar entrevista, ao me ver entrar para uma sala do Centro POP para conversar com uma colega sua. De dentro da sala a ouvi dizendo para um(a) dos(as) funcionários(as): “avisa pra ela que eu mudei de ideia, quero falar também. Mas tem que ser rápido, porque não era mais nem pra eu tá aqui”.

Enfim, a metodologia utilizada com as sete (7) interlocutoras com as quais tive contato no Centro POP foi a entrevista, realizada a partir de um roteiro dirigido com questões que versavam sobre o ingresso na vida nas ruas, as relações de gênero e relações corpo-espço, dentre outras questões⁷. Ao início de cada entrevista havia uma breve explanação sobre a pesquisa e meu objetivo com aquela conversa que se iniciava. Levei comigo cópias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cuja leitura era sempre precedida de uma explanação sobre a total liberdade que elas possuíam para recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir da colaboração com a pesquisa a qualquer momento.

Solicitei sua autorização para gravação das entrevistas e apenas uma, Ruth, não autorizou. A justificativa foi que, segundo ela, sua voz fica feia em gravações. Expliquei que não iria mostrar o áudio para ninguém, que era só para garantir que nada do que ela falasse ficaria de fora, mas ela respondeu: “tu é inteligente, consegue anotar enquanto eu falo e não vai esquecer de nada, não”. Então, na sua entrevista realizei apenas anotações com o máximo de agilidade que consegui e busquei anotar o que lembrei após a entrevista.

Com Beatriz não realizei entrevistas, pois convivi com ela ao longo de dez meses, entre encontros marcados e ao acaso. Seguimos em contato mesmo após meu afastamento da cidade de Pelotas, por meio de chamadas telefônicas e troca de áudios em aplicativo de troca de mensagens instantânea nos celulares de amigos, e adquirimos uma relação de afeto para além da pesquisa.

Desde o começo de nosso contato ela soube de minhas intenções de pesquisa, mas nossa relação ultrapassou muito essa dimensão. Ao longo de nossa convivência, obtive com ela praticamente todas as informações que obtive nas

⁷ O roteiro de entrevista dirigida, bem como o TCLE, encontram-se nos Apêndices, ao final do trabalho.

entrevistas com as demais interlocutoras, e outras que sequer entraram no roteiro de entrevista dirigida.

Durante a convivência com Beatriz, bem como nos momentos em que não estava realizando entrevistas no Centro POP, busquei exercitar a prática da observação participante, que foi registrada em diário de campo e cujos relatos fazem parte deste trabalho. A observação participante é uma experiência de intersubjetividade, na qual a pesquisadora ou pesquisador passa a ser, também, objeto de observação (ROCHA; ECKERT, 2008).

Para Rocha e Eckert (2008), a interação é condição da pesquisa, sendo necessário mais do que apenas encontros fortuitos, mas uma relação que se prolonga no fluxo do tempo e na pluralidade dos espaços vivenciados pelos grupos em que pesquisadora ou pesquisador se inserem. É necessário que se obtenha a autorização das pessoas com as quais se pretende conviver e observar-participar de suas dinâmicas, como uma postura ética do sujeito que pesquisa.

Esta observação participante é marcada por uma aprendizagem de olhar o Outro para conhecê-lo, em uma relação na qual também passamos a nos conhecer melhor. É também marcada por uma escuta atenta para compreender sua linguagem, gestos, gírias e falar específico do grupo no qual se está inserido (ROCHA; ECKERT, 2008).

Para estas autoras, a capacidade de percepção para observar as dinâmicas e fenômenos sociais em campo implica na disposição do(a) pesquisador(a) a permitir-se experimentar uma sensibilidade emocional que permita penetrar as espessas camadas dos motivos e intenções que conformam as interações humanas. Isto permite ultrapassar a noção ingênua de que é possível medir individualmente a realidade (ROCHA; ECKERT, *ibid.*).

Assim, admite-se que o campo é um espaço no qual, quando o sujeito que pesquisa permite-se ser afetado, é então modificado pela experiência em campo. O que pode modificar também os tempos da pesquisa e quebrar certezas científicas no momento de análise destas experiências (FAVRET-SAADA, 2005).

Esta pesquisa constitui-se, então, em uma pesquisa de abordagem etnográfica e interseccional, na qual fiz uso das técnicas de observação participante, entrevistas e registros em diário de campo, e realizo a leitura da realidade pesquisada a partir da teoria geográfica, com o objetivo de compreender relações tecidas no espaço por meio de corporalidades femininas.

1.5 Saberes situados, pesquisadora posicionada: geografias feministas e reflexibilidade na pesquisa

A condição corporal é inerente ao ser humano. Todos somos corpo. Nesta condição, realizamos atividades como pensar, nos alimentar, executar movimentos (voluntários e involuntários), ver, ouvir, cheirar, olhar e sentir, havendo condições que restringem uma ou mais dessas atividades em algumas pessoas. Sentimos alegria, medo, vergonha, amor, dor, saudades e tantas outras emoções, sentimentos e sensações. Escrito dessa maneira pode parecer óbvio, mas com as pesquisadoras e pesquisadores não é diferente. E, nesse caso, o óbvio precisa ser dito e discutido.

Ao ingressar na Universidade, ainda na graduação, me deparei com as mais diversas discussões e visões sobre o fazer científico. E, embora muito se discuta e pareça nos dias de hoje mais natural do que há algumas décadas a afirmação de que o fazer científico não é neutro, as pesquisas e atividades que são realizadas nas universidades nem sempre parecem acontecer em uníssono a essa afirmação. Um fazer científico que toma os pesquisadores como máquinas que precisam executar seus projetos com maestria e não demonstrar fraqueza ou mencionar os percalços do caminho ainda é uma realidade.

Contudo, fiz questão de apontar no tópico anterior os percalços que eu, pessoalmente, enfrentei na realização desta pesquisa, para que este capítulo possa servir não somente de guia metodológico àquelas e àqueles que desejarem realizar pesquisas semelhantes, mas também para enfatizar que a pesquisa não é uma trajetória linear entre concepção/ideia de pesquisa – escrita de projeto – execução do projeto – apresentação dos resultados.

Não trata-se de um *mea culpa*, mas de um ato de humanidade, no qual reconheço que cometi e estou passível de cometer equívocos e que aquelas e aqueles que trilharem estes caminhos depois de mim poderão passar por situações semelhantes e saber que não é um problema consigo ou mesmo falta de competência, mas apenas traços de humanidade, com os quais podemos lidar, e é a partir desse lugar de humanos que construímos nosso saber científico. Bem como se trata também de saber que as dinâmicas e grupos que observamos nem sempre vão se comportar da maneira que esperamos ou supomos.

Nesse sentido, a geógrafa Joseli Silva (2010), ao analisar as proposições de Larry Knopp, defende a ideia de um fazer geográfico pautado pela reflexibilidade

do(a) pesquisador(a) acerca de sua postura na pesquisa e sua posicionalidade em relação àquilo que estuda e busca compreender. Segundo a autora

O tipo de prática geográfica que Larry Knopp defende quando considera o duplo vínculo entre o material e o discursivo implica considerar o corpo, sensações, sentimentos, emoções e desejos como equivalentes e integrantes aos valores atribuídos à racionalidade e à mente. Provoca os geógrafos a serem mais ousados na expansão do terreno empírico, incluindo realidades complexas, desordenadas e fluidas. (...) o autor apela para a modificação das nossas imaginações ontológico-geográficas, e deseja que nossos objetos de estudo sejam considerados de forma mais relacional do que autônoma, mais reflexiva do que objetiva e mais humilde do que ambiciosa. Segundo ele, o resultado dessas práticas geográficas seria uma geografia menos arrogante e elitista, mais esperançosa do que temerosa e mais humana do que “des”-humana” (SILVA, 2010, p. 46).

Concordo com esta prática geográfica e é esta a postura que tenho buscado adotar em meu fazer científico. Hoje reconheço mais facilmente a vulnerabilidade a que estou exposta enquanto mulher pesquisadora. Ao realizar a pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação, sofri assédio de interlocutores e de mediadores dessas interlocuções, em ONGs e espaços de reunião da população em situação de rua. À época, tive receio de relatar estas questões no TCC e o fiz muito timidamente, com medo de que meus relatos fossem interpretados como uma traição ou testemunho contra meus próprios interlocutores.

Contudo, passado algum tempo, enxergo com maior distinção o fato de que somos sujeitos inscritos em diversas categorias sociais, e que o fato de um homem ser militante em prol de causas minoritárias não o impede de exercer seu poder, que é socialmente legitimado, sobre as mulheres, no sentido de tecer elogios de maneira invasiva, fazer convites indevidos e tentar desviar o assunto durante uma entrevista ou conversa em campo, sem ter recebido qualquer abertura da mulher para isso. E percebo também que, embora os homens possam apresentar tais posturas abusivas, isso não os impede de seguir lutando por questões de igualdade social em ambientes de militância. Ainda que seja uma grande contradição lutar por igualdade social sem considerar a busca pela equidade entre os gêneros.

O que nem sempre foi ouvido por grande parte da sociedade, mas que hoje é um discurso que ganha cada vez mais força, é a urgente necessidade de uma postura política que considere a interseccionalidade entre as diversas categorias

sociais. Diversos grupos de militância, sobretudo os movimentos negros e também feministas, vêm alertando a esse respeito. É uma contradição abismal se lutar por igualdade social considerando apenas a questão econômica/de classe. Enquanto essa luta unifocal acontece, os abusos sexuais dentro de movimentos sociais continuam a ocorrer. Outra contradição ocorre quando realizamos o “recorte” de classe e de gênero, mas não percebemos que estas diferentes categorias tocam às mulheres e homens negros de diferentes maneiras, sendo necessária também a consideração do “recorte” racial.

Conforme a realidade que se busca compreender em nossos estudos, diferentes “recortes” serão necessários, e a minha condição de mulher, branca, acadêmica, me levou primeiramente a considerar o recorte de gênero na minha análise. Tanto pela consideração do “corpo como ganha-pão”, mencionada anteriormente, quanto pela minha própria posicionalidade nesse universo. Se eu, na posição de pesquisadora, não estava incólume aos assédios de interlocutores, que imaginar das mulheres em situação de rua que convivem de maneira mais próxima e prolongada com estes homens?

Com relação a estas questões, Silva (2010) enfatiza o fato de que todas as pessoas vivenciam múltiplas categorias sociais simultaneamente, e que tais vivências influenciam e modificam diretamente as experiências espaciais que se pode ter. Para a autora, o termo *interseccionalidade* pode ser compreendido como uma “atitude metodológica de articular as diferentes categorias sociais vivenciadas pelos seres humanos e evidenciar que estas diferentes articulações resultam em diferentes experiências” (SILVA, 2010, p. 51).

Retomando a análise de Silva (2010) às proposições de Larry Knopp, admito, concordando com ambos, que enquanto pesquisadora, estou também sujeita a ser percebida pelas pessoas pesquisadas e a seus julgamentos a meu respeito. O antropólogo David Le Breton (2009) atenta para a tatilidade do olhar sobre o outro. Para ele, olhar o outro não é uma atitude banal, mas sim o exercício de um poder. Quando olhamos o outro, interferimos em seu agir e sentir, e somos influenciados também pelo olhar que recebemos.

É fundamental ter consciência desse caráter de relação de poder que o ato de olhar o outro possui, sobretudo na relação entre sujeito que pesquisa e sujeito que é pesquisado. Esta noção me levou a repensar a ética e postura em campo enquanto pesquisadora, as perguntas que pretendia realizar às interlocutoras e os afetos que

sou capaz de causar no cotidiano delas, bem como o quanto esta pesquisa me afetou enquanto ser humano, mulher e acadêmica.

A emoção é parte integrante deste trabalho, desde o início. Não pude conter as lágrimas quando recebi a notícia do feminicídio que abre este capítulo. Bem como, quando transcrevi alguns trechos de entrevistas. E literalmente pulei de alegria ao receber o primeiro telefonema de Beatriz, me dizendo que estava viva. O fazer geográfico que abre espaço para que os afetos e emoções se movimentem livremente entre os passos dados em campo, as linhas escritas e as falas proferidas na academia é legítimo e, como Knopp (apud Silva, 2010) afirma, colabora para a construção de uma geografia mais esperançosa e humana.

Notas de campo II

Isso que ele já fez coisas comigo, assim, terríveis, mas mesmo assim, eu sei que não é ele na hora que tá ali. **De me machucar profundamente, de me abrir a cabeça, de tanto pau que me deu**, do nada, assim, por causa da falta da química. **E, mesmo assim, eu tento lutar por ele**. Porque eu sei que quando ele usa droga, às vezes ele sai fora de si. Eu sei que não é por ele querer, é porque ele tá em falta da química. Porque eu, quando tava em falta da química, eu não me botava nos outros, mas eu ficava muito revoltada. Eu mandava as pessoa longe, com palavras pesada. Eu mandava. Só não me botava. Então eu reconheço o lado do crack. Que tem pessoas que fazem assim e outras pessoas fazem ao contrário, diferente. Porque o crack é coisa do Diabo. Deus que me perdoe. Que Deus tire daqui, né, de dentro. Mas é coisa do “bicho”. Ele não é de Deus. Então eu entendo, por uma parte, isso.

* * *

Só que às vezes eu acho que entre homem e mulher na rua, às vezes eu acho que elas... “ai, por amar”... Amor... Tão vendo que aquelas pessoa nem de dar um jeito de ter uma casinha pra morar, de ter um... um fogãozinho pra esquentar um troço. A felicidade deles é dormir ao relento. E botar a mulher a dormir ao relento junto. Isso aí pra mim não é amor, isso aí é o homem que tá apenas só por mais uma e quer usar isso aí delas. Que elas tão já atirada no fracasso, e aí afunda elas mais ainda no abismo que já tá. É assim que eu penso, menina.

* * *

A diferença... de viver na rua... Diferente é porque os homem já pensam mais em roubar, assaltar... né? E pra mulher é mais fácil. Mais fácil, viver a noite. Mais fácil naquelas... entre aspas. Tem umas que roubam, tem outras que se prostituem. **Eu acho que na prostituição é mais fácil. Porque tu pode ter sempre aquela pessoa pra te ajudar**. Se tu roubar, tu não vai ter ajuda daquela pessoa mais, tu fica marcada e torturada e de repente vai até presa. Mas se tu... se tu te prostituir, de repente duma prostituição, pode tirar aquela pessoa pra uma pessoa eternamente te ajudando. Aquela pessoa correr por ti, sempre. Quando tu precisar de um dinheiro, precisar de uma ajuda. Eu já tive clientes maravilhosos, pessoas que me ajudavam um monte.

(Carolina, mulher negra, 29 anos)

Se, no caso, se eu não tivesse o meu companheiro, agora, na minha opinião, meu ponto de vista, eu não teria ficado grávida, taria morando com a minha mãe, e teria terminado meus estudo. Né? Por causa que a minha mãe, ah, estudar, quando tu tá ali, tem que estudar e ser alguém, se formar. Eu tenho o primeiro grau, né? Porque eu parei... nem sei por que que eu parei. Parei e não quis mais ir. Mas no caso, se fosse hoje, eu tivesse morando com ela, eu já teria terminado os estudo, taria formada e já taria trabalhando.

(Dandara, mulher negra, 25 anos)

Já quiseram se abusar comigo, mas não deu certo, não. [“Mas não conseguiram?”, pergunto]. Claro que não, né? Eu com essa boquinha santa fiz um escândalo! Ai, fiz o griteiro, fiz o griteiro. Acho até que a criatura se assustou dos meus gritos, só (risos), porque não tinha ninguém perto de mim.

* * *

[Eu pergunto: Quem você considera uma ameaça para as mulheres em situação de rua?]

*Elas próprias. Porque elas não se valorizam mais. To sendo sincera. São muito, muito, muito submetidas a coisas que elas querem ser. Entendeu? Eu, se tu me fizer uma proposta e eu achar que não é, não é, entendeu? Eu sou assim: eu sou muito branca, muito franca. Então assim, ó: tem mulheres que são piores que os homens, hein? Que se desvalorizam muito! Tanto o corpo quanto a mente delas. Eu, eu sou assim, ó: eu, se eu quiser, tu não vai me obrigar a não fazer. Agora, se eu não quiser, tu não vai me obrigar a fazer de jeito nenhum! E as mulheres se submetem a fazer isso. **Mas aí, a cabecinha e o corpinho delas, né? Elas que paguem. Eu não faço! Não faço, sou meia louca! Não faço! Sou bem louca!***

(Teresa, mulher branca, 35 anos)

Capítulo 2 - Mulheres nas ruas:
corpos e(m) movimentos



CAPÍTULO 2 – MULHERES NAS RUAS: CORPOS E(M) MOVIMENTOS

A rua, este lugar que no presente costuma ser lido como lugar do movimento, do trânsito, da pressa, do corpo que se desloca de um ponto a outro sem se importar muito com as distrações do caminho, pode ter usos muito diferentes daqueles aos quais estamos habituados. Neste capítulo trago uma discussão teórica acerca da temática da população em situação de rua, que a revela como um espaço majoritariamente masculino, como muitos de nós podem já haver constatado em observações nas ruas – se prestamos atenção ao mundo ao redor quando transitamos por elas.

Ao ocupar espaços majoritariamente masculinos, eu, mulher branca, acadêmica, sinto desconfortos e passo por situações onde preciso me impor mais do que os homens e reclamar a continuidade da minha fala quando há alguma interrupção, e mesmo lidar e lutar contra assédios e violências de gênero em diversos níveis.

Os movimentos feministas vêm levantando estas pautas há décadas, afirmando e reafirmando que as mulheres podem ser mais do que donas de casa. Mas as mulheres que moram nas ruas, as “donas sem casa”, são contempladas por essas lutas? O feminismo alcança aquelas que não têm oportunidades de emprego, que muitas vezes possuem pouca instrução e não têm acesso aos espaços privilegiados do feminismo branco de classe média?

A partir dessas reflexões, é discutido também um referencial teórico com relação à discussão de gênero na situação de rua e questões relativas à corporalidade das experiências espaciais femininas neste contexto.

2.1 Rua: substantivo feminino, predominância masculina

A rua, para a geógrafa Ana Fani A. Carlos, apresenta-se como um importante ponto de partida para a reflexão acerca do tema da espacialidade. Isso porque, para ela, “a rua se coloca como dimensão concreta da espacialidade das relações sociais num determinado momento histórico, revelando nos gestos, olhares e rostos, as pistas das diferenças sociais” (CARLOS, 2007, p. 51)

De acordo com esta autora, na rua ficam evidentes as formas de apropriação

da cidade e do lugar, sendo esta o lugar onde as diferenças e contradições da vida cotidiana se fazem visivelmente presentes, “(...) bem como as tendências de homogeneização e normatização impostas pelas estratégias do poder que subordina o social” (CARLOS, 2007, p. 51).

É contra essa homogeneização e normatização da vida que as interlocutoras deste trabalho insurgem. São os modos de viver a rua na cidade contemporânea que elas subvertem. Trazem à tona as contradições e diferenciações constituintes de nossa sociedade e tornam inevitável que se pense a respeito, quando põem seus corpos às vistas de todas e todos que transitam por essas ruas.

Seja nos interpelando com pedidos de auxílio financeiro, doações de alimentos, oferecendo seus trabalhos ou mesmo apenas vivendo seu local de abrigo – a própria rua – estas mulheres nos desafiam cotidianamente a refletir acerca dos privilégios que possuímos enquanto pessoas domiciliadas, mesmo que a negação e a esquiva sejam atitudes bastante comuns quando do contato com elas.

É notável o crescimento do interesse de pesquisadoras e pesquisadores de várias das ciências sociais pelo tema situação de rua nos últimos anos. Vários são os que se dedicaram a analisar suas formas de vida, compreender as motivações para o ingresso na vida nas ruas, realizar estudos biográficos com sujeitos nessa condição, dentre outras abordagens.

Há trabalhos que demonstram a atuação de diversos pesquisadores dedicando-se com sensibilidade na escuta atenta a essas pessoas, revelando ao ambiente acadêmico que no cotidiano desses indivíduos e grupos há muito mais do que estigma e aspectos negativos, mas também uma potência criativa que os faz insurgir nas ruas da cidade por seus modos de vida. No campo científico da Geografia, contudo, ainda são poucos os trabalhos que se debruçam em uma compreensão da vida na situação de rua para além da distribuição espacial.

O geógrafo Leonardo Palombini trouxe uma importante contribuição a partir de sua dissertação de mestrado intitulada *Dos subespaços ao território descontínuo paradoxal: os moradores de rua e sua relação com o espaço urbano em Porto Alegre/RS – Brasil*, ao realizar uma geografia sensível que vai além desse aspecto descritivo, ao evidenciar em seu trabalho as vozes dos interlocutores e interlocutoras de sua pesquisa no bairro Cidade Baixa, na cidade de Porto Alegre/RS. O autor analisa as maneiras alternativas de relação com o espaço e as diferentes formas de habitar desenvolvidas pelas pessoas em situação de rua, tendo em vista a

complexidade e as contradições de suas vivências.

Para Palombini (2015), a pessoa em situação de rua “vive nas entranhas de uma cidade socialmente produzida para quem *tem*, estruturalmente excludente e discriminatória, assim como todas as grandes cidades sob o sistema econômico e social vigente em nosso país e, talvez, no mundo” (PALOMBINI, 2015, p. 15, grifo do autor). Para este autor, os moradores de rua são sujeitos geográficos por excelência, por conta de sua íntima e intensa relação com as ruas da cidade, e ele considera que os espaços ocupados por esses sujeitos são *subespaços*, que são os espaços **possíveis** de serem habitados por estas pessoas, encontrados nas fissuras de uma cidade com modos de vida hegemônicos dos quais estes sujeitos estão apartados.

Esta denominação não significa que eles ocupem necessariamente espaços nos quais apenas moradores de rua se façam presentes todo o tempo. Para Palombini (2015), há duas condições de subespaço na cidade, com uma questão de temporalidade envolvida: primeiramente, pode-se considerar que os *subespaços* tornam-se subespaços a partir do momento em que as pessoas em situação de rua se apropriam de um determinado espaço, mas em outros momentos os mesmos espaços podem ser ocupados por diferentes usos e por sujeitos não pertencentes à dinâmica da vida nas ruas:

Assim, podemos considerar que a criação de um subespaço se dá pela realidade imposta tanto pelo sistema de valores quanto pela realidade da mobilidade social na cidade, que não o tem enquanto espaço de trânsito cotidiano. O subespaço dos moradores de rua é um espaço de trânsito exclusivo destes indivíduos – pelo menos enquanto o seu momento de ocupação. Percebe-se facilmente na cidade de Porto Alegre diversos locais que, se durante o dia têm uma função social estabelecida – comércio, recreação, descanso, convivência – durante a noite tornam-se espaços territorializados pelos moradores de rua. É neste momento que o espaço deixa de ter sua função original e torna-se um subespaço (PALOMBINI, 2015, p. 151).

Há também os subespaços que o são durante todo o tempo, pois constituem-se em espaços renegados ou não utilizados pelas pessoas domiciliadas, como embaixo de pontes e viadutos, por exemplo. Ao questionar se essas pessoas constituem alguma espécie de território na cidade mesmo com toda a transitoriedade que é característica ao seu modo de vida, Palombini (2015) avalia o que denomina como uma transição que parte desses *subespaços* e chega a um *território paradoxal*,

que seria formado pela imposição de uma marginalidade a esses sujeitos, que surge em contradição aos valores hegemônicos, mas por eles condicionados.

Com essa discussão, Palombini (2015) realiza um importante exercício de aproximação do conhecimento científico da Geografia ao saber da rua, o conhecimento popular das pessoas em situação de rua. O autor conclui sua dissertação com a afirmação de que sua intenção a partir desse tipo de trabalho é que façamos ciência através dos conhecimentos desses sujeitos, lado a lado, pois

grande parte dos indivíduos que vive na rua tem a rua como o seu lugar, o seu espaço, o seu território, todos conceitos geográficos por excelência. À Geografia não basta pesquisar esses conceitos, mas sim buscar compreender como eles se esquematizam dentro da complexidade do espaço geográfico como um todo, formado e perpassado por diversas realidades. Cada uma dessas realidades, cada um dos sujeitos e cidadãos do espaço, deve ter sua subjetividade e sua opinião levada em conta dentro dos planos de gestão do espaço público (PALOMBINI, 2015, p. 178).

Uma abordagem que tem trazido grandes contribuições para a temática e que eu, particularmente, admiro pela ética e sensibilidade com a qual seus pesquisadores costumam lidar com a população em situação de rua, é a abordagem antropológica. Foi em trabalhos de antropólogos que tive o primeiro contato com produções acadêmicas acerca do tema. Mais especificamente, a partir do livro resultante da dissertação de mestrado de Tiago Lemões, intitulado “A família, a rua e os afetos: uma etnografia da construção de vínculos entre homens e mulheres em situação de rua”.

Nesta etnografia, Lemões (2013) analisa as relações e vínculos tecidos pelas pessoas em situação de rua na cidade de Pelotas/RS, desde as fraturas e continuidades com o universo familiar, até a construção de novos vínculos em relações semelhantes às familiares no universo da rua. De acordo com o autor,

(n)a rua, assim como não se abandona em definitivo as vinculações familiares, também não se deixa de constituir novos vínculos que remetem aos de origem familiar, seja em sua organização interna, na definição de papéis ou na proximidade afetiva pela qual os partícipes adquirem nomeações familiares. Estes novos vínculos – proporcionados pela acolhida que a vida nas ruas oferece – estruturam uma relação familiar cunhada a partir de experiências compartilhadas ou situações críticas que comprovam lealdade entre os envolvidos, como demonstrações de defesa e proteção em casos de discussões, brigas ou companheirismo em situações de risco (LEMÕES, 2013, p. 186).

Conforme mencionado no capítulo anterior, esta etnografia de Lemões (2013) constitui-se em um importante passo para demonstrar que o universo da rua pode ser visto para além de um meio em que as relações são pautadas pelo individualismo e pela ruptura com o universo da casa e da família, como o senso comum nos leva a pensar.

Ainda no sentido de compreender o universo da rua para além da falta, despossessão e estigma, Lemões realiza sua pesquisa de doutorado com os homens e mulheres militantes do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e aborda de maneira minuciosa sua potência e capacidade de agência política na luta pelos direitos da população em situação de rua, em sua etnografia intitulada *De vidas infames à máquina de guerra: etnografia de uma luta por direitos*, defendida no ano de 2017.

Nesta tese, Lemões (2017) busca compreender os processos pelos quais este Movimento se constitui, na cidade de Porto Alegre, em um campo de reivindicação de direitos que é, além de múltiplo, ambíguo. Ao utilizar-se da noção de *máquina de guerra* de Gilles Deleuze e Félix Guattari, Lemões (2017) indica a dimensão combativa existente nas relações entre o MNPR e os agentes e instituições estatais, que é construída em uma relação simultânea entre tentativas de acessar, mas também de conjurar focos de autoridade e captura estatais totalizantes.

Lemões (2017) compreende – a partir de suas experiências etnográficas em um contato que durou três anos em intensa convivência e engajamento nas suas experiências de luta – o MNPR-RS como uma máquina de guerra, que explicita toda a violência que o Estado produz sobre suas vidas por meio da luta nômade que realizam.

Para tanto, o autor realiza em sua tese um importante resgate histórico a partir de referencial teórico pós-colonial e decolonial, que compreende a produção de corpos desviantes e extermináveis no Brasil como um processo participante do que ele intitula de “a face brutal da modernidade” (LEMÕES, 2017, p. 55), que por meio de uma cruzada contra a vadiagem constituiu seus planos racistas de modernidade para exterminar sujeitos indesejáveis frente à inevitabilidade do fim do sistema escravista.

Este resgate, segundo o autor, inspirado pela autora Rita Segato, é uma

maneira de “restituir carne, sangue e cor à gramática de classes” (LEMÕES, 2017, p. 52) e deixa entrever que a produção de “populações vulneráveis é parte crucial da violência colonial que não foi, não passou, não cessou. Ela é. Ela está” (LEMÕES, 2017, p. 56) e vai muito além de uma questão estritamente econômica, que é o viés mais comum de abordagem da realidade nas ruas.

Entretanto, embora o interesse pela situação de rua como um todo seja um ponto que tem adquirido crescente notoriedade no cenário acadêmico há alguns anos, ainda são escassos os estudos que consideram a questão de gênero no que diz respeito às distinções entre as vivências femininas e as masculinas no universo das ruas. O espaço é experienciado de diferentes maneiras para os indivíduos e grupos sociais conforme gênero, raça, classe, idade, orientação sexual e tantas outras categorias sociais e aspectos das subjetividades. É evidente, então, que as experiências espaciais de mulheres sejam distintas das experiências masculinas.

Os trabalhos aqui mencionados constituem-se em importantes fontes para a desconstrução de invisibilidades históricas, trazendo à discussão acadêmica o saber da rua, os modos de pensar e viver de pessoas que foram historicamente silenciadas. No caso específico da tese de doutorado de Tiago Lemões, é suscitado para discussão um importante aspecto da realidade, que não deve ser ignorado, que diz respeito ao fato de que a questão de classe é também uma questão racial. Os corpos pobres, desviantes e alvo de extermínio no Brasil têm uma cor específica: são majoritariamente corpos de pessoas negras. Entretanto, levanto aqui um outro elemento para realizar a intersecção com os que foram mencionados: o gênero, a ser discutido a seguir.

No cerne da discussão sobre as múltiplas motivações para o ingresso à vida nas ruas, Lemões (2013) discute as estratégias familiares de enfrentamento à pobreza, o que leva a uma consideração do exercício dos papéis de gênero no ambiente familiar, e de como a sociedade responde e auxilia diferentemente às mulheres, sobretudo as que são mães, e aos homens que enfrentam situações de vulnerabilidade e pobreza.

O autor discute o fato de que a mulher, em situações de vulnerabilidade econômica, aciona o que seria um “*saber-viver feminino da pobreza*” (SCOREL, 1999 apud LEMÕES, 2013, p. 67), que executa adaptações de consumo e estabelece vinculações com toda uma rede de parentesco e socioassistencial na busca pela manutenção e sustento do lar e da família.

Discute, assim, com base em Escorel (1999), o que seria uma “tendência feminina” de assumir a função de chefe-provedor em situações de dificuldades econômicas e o fato de que a mulher conta com um amparo socialmente estabelecido, que lhe oferece possibilidades de trabalho doméstico e legitima a busca de auxílio junto à família e a instituições de caridade (ESCOREL apud LEMÕES, 2013). Assim, a instituição de um ideal do que seriam os papéis de gênero femininos e masculinos auxiliam na compreensão da rua como um espaço predominantemente masculino. Para o autor:

Se a mulher, principalmente quando mãe de filhos pequenos, conta com uma série de ajuda e apoio legitimada ao mundo da casa, o homem tende a ir para a rua, seja em busca de recursos direcionados em primeira instância à família, seja pelo fato de afastar-se da unidade doméstica devido ao 'descumprimento de regras de reciprocidade' (...) (NEVES, 2010, p. 104).
(...)

Uma vez arruinado o desempenho de papéis padronizados no sustento da família ou na contribuição das rendas mínimas à reprodução desta, a mendicância pode vir a configurar uma das formas de colaboração na composição dos rendimentos familiares. Esta nova situação produz uma figura central: a do sujeito em situação de rua em um universo majoritariamente masculino (LEMÕES, 2012, p. 68-69).

Discutidas, assim, algumas das possíveis causas para a composição de um espaço da rua como majoritariamente masculino, me parece evidente a necessidade de uma discussão da questão do gênero na situação de rua. Pois, enquanto mulher, sei o quanto a estrutura patriarcal de nossa sociedade faz com que seja desafiador em diversas instâncias ocupar lugares predominantemente masculinos.

As relações de poder envolvidas atingem aos corpos femininos de diferentes maneiras: seja o homem que oferece “proteção” e sustento em troca relações sexuais, sejam os abusadores menos disfarçados, que cometem estupros e violam os corpos femininos, tratando-os como de “uso público”, algo que está a seu dispor, ou até mesmo na relação com o Estado, que também é masculino, construído e dominado por homens brancos, que legislam sobre os corpos femininos e determinam quem pode ou não ser mãe, por exemplo.

2.2 As mulheres em movimento: a situação de rua e a questão de gênero

A antropóloga Simone Frangella (2004), ao discutir as vivências da população em situação de rua na cidade de São Paulo/SP, traz à tona o aspecto masculinizado do espaço da rua, que remete costumeiramente à figura do homem morador de rua solitário, provedor falido que entra em movimento nas ruas em busca de emprego e finda por permanecer nas ruas. A figura da mulher adentra gradualmente esse universo, borrando os limiares das estruturas que definem os papéis de gênero, à medida em que não se situa como “dona de casa” e ocupa um espaço majoritariamente masculino.

Contudo, mesmo que, por um lado, estas mulheres desafiem a ordem predominante que ainda visualiza a figura da mulher como sendo frágil e “do lar”, por outro, se valem de aspectos considerados femininos para garantir seus interesses. Mas, como as vivências das pessoas que habitam o espaço da rua são múltiplas, não há como tomar a figura da mulher submissa e protegida pelo companheiro da rua como a única possível.

Enquanto há mulheres que submetem-se a um parceiro, se dispendo a manter relações sexuais em troca de segurança e sustento, ou mesmo vivendo romances intensos, há aquelas que optam pela solidão e adotam um comportamento socialmente considerado como “masculino” e agressivo – diversas vezes com uma performance corporal exacerbada, com olhos arregalados, tom de voz alto, movimentos de mãos, entre outros (FRANGELLA, 2004). Quem me trouxe um exemplo nítido de comportamento que insurge contra o padrão de mulher submissa e dependente de proteção masculina em campo foi Teresa, já citada em trechos de *Notas de campo I e II*.

Assim, os espaços femininos e masculinos se entrecruzam, reproduzindo definições convencionais sobre gênero que são, por sua vez, desafiadas pela realidade contingencial. Os resultados do conflito entre fronteiras são contradições de comportamentos e representações de homens e mulheres a respeito desse espaço (FRANGELLA, 2004). Algumas destas estratégias para proteção são mencionadas pelas interlocutoras nas *Notas de campo I*, que abrem o primeiro capítulo desta dissertação, e serão discutidas no próximo capítulo.

Dentre estes conflitos e contradições, encontra-se a atitude de opressão à mulher sozinha, enquanto a mulher que possui um par na rua está mais “protegida”

dos outros homens da rua. Em nenhum dos casos se observa respeito às mulheres. Há somente respeito entre homens, parceria masculina. Frangella afirma: “mulheres sozinhas são, na maioria das vezes, compartilhadas por vários parceiros do agrupamento. Elas estão sempre expostas a estupros, apanham dos parceiros, que agem sozinhos ou em grupos” (FRANGELLA, 2004, p. 197).

Assim, a mulher que vive nas ruas tem seu corpo tratado como público pelos homens na rua, sendo que, para evitar esse tratamento, algumas se submetem a relacionamentos muitas vezes abusivos, numa tentativa de não sofrer abuso por parte de vários outros “companheiros” de rua. Em outros casos, esse tratamento leva as mulheres a uma mudança de atitude corporal, com a adoção de uma postura forte e agressiva em relação aos homens ao redor, que conta com o auxílio de artigos como facas para incrementar os instrumentos de defesa (FRANGELLA, 2004), como uma espécie de prótese desse corpo insurgente.

Já Rosa e Brêtas (2015), ao tratar da violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, afirmam que, dentre o universo de entrevistadas, muitos foram os relatos de que a rua foi a saída encontrada para fugir da violência doméstica praticada por seus parceiros. Esse motivo contribui para a principal diferença identificada pelos autores entre a maneira pela qual a situação de rua é percebida por homens e mulheres.

Para os homens, a rua foi o desfecho de uma situação de ruptura e degradação social e neles permanecia forte o desejo de retornar para casa em algum momento. Já para as mulheres, a situação de rua representou uma primeira solução para situações de violência e insatisfações com o espaço doméstico. Assim, elas não nutriam o desejo de retornar para o lar “perdido”, mas de construir um outro (ROSA; BRÊTAS, 2015, p. 281).

No que concerne à questão do gênero nas vivências da população em situação de rua, embora haja peculiaridades no que diz respeito às necessidades femininas, Rosa e Brêtas (2015) identificaram que não existe a inclusão dessas diferenças nas políticas e programas voltados a esta população. Os autores reforçam a necessidade de um maior rigor na aplicação da Lei Maria da Penha, para que as mulheres se sintam efetivamente protegidas ao denunciar e que possam obter retorno positivo com a denúncia das várias formas de violência doméstica de que são vítimas.

Os autores defendem uma maior compreensão do contexto das mulheres em

situação de rua e uma resposta mais ágil do Estado no que diz respeito a um aparato de alternativas para as mulheres vítimas de violência, para que, assim, a vida nas ruas não seja a única alternativa quando da falta de apoio familiar ou autonomia financeira (ROSA; BRÊTAS, 2015).

Com relação à questão de gênero, compreendo com Silva (2009) o conceito de gênero como;

uma representação do ideal dos papéis sociais a serem experienciados por corpos considerados masculinos e femininos em diferentes tempos e espaços. Gênero, portanto, não é uma realidade em si mesma, mas um ideal exercitado cotidianamente por diferentes tipos de corpos que, ao agirem pautados pela representação, superam a mera reprodução de papéis e recriam continuamente a própria representação de gênero. Assim, o gênero é um eterno movimento que se faz na ação humana criativa, e como toda ação implica uma espacialidade, *o caráter performático do gênero é simultaneamente espacial e temporal* (SILVA, 2009, p. 84, grifo meu).

A dimensão espacial que é caracterizada por esse conceito de gênero torna possível vislumbrar a questão da interseccionalidade entre categorias sociais, pois traz a complexidade das experiências espaciais dos indivíduos, que são constituídas “para além das diferenças sexuais, também por códigos culturais, experienciados de forma complementar e contraditória pela raça e classe, além da sexualidade” (SILVA, 2009, p. 85).

A cientista social Caroline Sarmiento aborda a dimensão do gênero em seu trabalho de conclusão de curso intitulado *O gênero na rua: um estudo antropológico com as mulheres em situação de rua em Porto Alegre*. Neste trabalho, Sarmiento (2017) parte do pressuposto de que a experiência da rua não pode ser vista como homogênea e questiona de que maneira a dimensão do gênero é constitutiva dessa experiência e como recorta as políticas nesta área. Além disso, questiona se as demandas e problemáticas apresentam-se as mesmas para homens e mulheres em situação de rua, o que constitui-se em uma espécie de hipótese de pesquisa, pois de antemão já se possui uma noção de que as realidades são bastantes distintas.

Sarmiento (2017) realiza uma crítica aos movimentos feministas, a qual compartilho: a de que este movimento não contempla as pautas das mulheres em situação de rua. Eu, pessoalmente, já vi e ouvi inúmeros questionamentos realizados por integrantes de movimentos feministas, tais como “o teu feminismo chega na periferia?” ou “o teu feminismo também serve para a faxineira?”, mas nunca havia

sido contemplada, até a leitura do trabalho de Sarmiento (2017), com o questionamento sobre o alcance das pautas deste movimento às mulheres em situação de rua.

Em tempos em que as interpretações dos discursos correm cada vez mais o risco de serem distorcidas com intenções várias, é válido ressaltar, assim como o fez Sarmiento (2017), que não se trata de um desmerecimento de um movimento que tanto luta pela equidade de gênero e pelos direitos das mulheres. Trata-se, sim, de uma crítica, mas no sentido de buscar agregar à agenda dos movimentos feministas corporalidades que ainda não são contempladas em suas pautas gerais, mas que cotidianamente vêm sofrendo com a opressão e violência de gênero em múltiplos níveis e escalas, presente também na violência estatal exercida sobre seus corpos, mas que são ainda pouco ouvidas em suas reivindicações.

Para a autora, “é insuficiente tratar *mulher* como um conceito uno, sem reconhecer que nem toda mulher é branca, de classe média e acadêmica” (SARMENTO, no prelo, apud SARMENTO, 2017, grifo meu). Por isso, Sarmiento (2017) também retoma a discussão acerca da relevância da interseccionalidade, para que as mulheres não-brancas e pobres sejam contempladas nos discursos que sustentam as lutas em torno dos direitos das mulheres. A cientista social aborda também a dimensão da invisibilidade a partir do recorte de gênero, mesmo quando as mulheres pobres e marginalizadas têm conhecimento de suas condições.

Nesse sentido, observei a *invisibilização* das questões de gênero no Relatório de atividades do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH) referente aos anos de 2011 a 2014 – o mais recente divulgado. O CNDDH é um projeto não governamental, criado com a finalidade de ser um espaço de ação política e luta para assegurar os direitos da população em situação de rua e dos catadores de materiais recicláveis. Foi instituído por meio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República e funciona em parceria com o MNPR, com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Pastoral Nacional do Povo da Rua e Ministério Público de Minas Gerais.

No panorama geral deste relatório, entre os meses de abril de 2011 e dezembro de 2014, foram recebidas 2.743 denúncias de violência contra a população em situação de rua, oriundas de 536 municípios brasileiros. A violência e

violação de direitos sofrida por esta população é tema constante de reuniões de grupos organizados da população em situação de rua e de relatórios que tratam de sua realidade. Enquanto mulher, me chama a atenção, contudo, a ausência do recorte de gênero na contabilização das informações que dizem respeito à população em situação de rua no Brasil e a pouca atenção a dados que se referem à violência sexual.

É de se questionar que neste relatório ao qual me reporto, por exemplo, os diversos tipos de violência sexual, embora registrados e com sua existência reconhecida, não sejam discutidos com atenção. No relatório de atividades do CNDDH dos anos de 2010 a 2014, é frisada a violência física a que está exposta a população em situação de rua, sendo a Violência Física uma macrocategoria, dividida nas microcategorias Homicídio, Lesão Corporal e Tentativa de Homicídio.

Há uma discussão acerca destas questões e de possíveis alternativas para combatê-las. A atenção para estes dados é justificada pelo alto índice de homicídios, que alerta para a situação de perseguição e extermínio sofrida por esta população. A violência sexual é uma categoria à parte, mas tem seus dados apenas informados e não analisados, e não são discutidas estratégias para o seu combate.

É incoerente que, em espaços de luta por igualdade, os estupros e diversos tipos de violência sexual não sejam dados alarmantes, que obtenham a atenção dos que trabalham junto a grupos em situação de vulnerabilidade social. A luta por igualdade de direitos que ainda se trata estupro como dado secundário e de pouca relevância traz consigo grande contradição. Não existe igualdade enquanto existir estupro. A interdição da liberdade sobre o próprio corpo é uma atitude exercida majoritariamente por homens sobre as mulheres, e essa opressão por si só interdita qualquer possibilidade de igualdade social, pois a violência de gênero perpassa todos os ambientes – familiar, religioso, político, e com a rua não é diferente.

Embora no Brasil ainda haja pouca produção científica específica sobre mulheres em situação de rua, há estudos que demonstram, tanto no Brasil como em outros países, que essas mulheres passam por problemas graves ao longo de suas vidas devido à violência de gênero, além dos processos de higienização das cidades. São exemplos os estupros, que são praticados por membros da família e aparecem em pesquisas como uma das causas que levam parte dessas mulheres a optar pela vida nas ruas, bem como a violência sexual que continua a lhes ser infligida por homens também em situação de rua, agentes de segurança pública e

privada e pessoas que circulam pelas redondezas quando elas estão já vivendo nas ruas, o que será visto em diversos níveis nas entrevistas realizadas, que serão apresentadas e analisadas no próximo capítulo.

Vale salientar que não tenho a intenção de retratar estas mulheres como seres frágeis e incapazes, mas também não pretendo fantasiar uma realidade cruel e perversa e tratá-la como um conto que transforma suas personagens em heroínas. A discussão aqui realizada trata de uma realidade social complexa que precisa ser pensada, repensada e discutida para que sejam construídas estratégias que possam subsidiar políticas públicas que atuem de maneira efetiva na transformação desta realidade. Como afirma Carlos (2007, p. 51), a rua é o lugar onde o sujeito comum aparece “ora como vítima, ora como figura intransigente e subversiva”.

As notícias de jornais, embora ainda não revelem grande parte dos casos de violência contra a população em situação de rua e, em diversos momentos apresente a tendência a culpabilizar as vítimas, o que colabora para a *invisibilização* já existente, permitem entrever a perversidade presente nas ruas da cidade, direcionada àquelas mulheres que encontram nesse lugar a sua morada.

No mês de novembro do ano de 2017, a notícia da morte de uma mulher em situação de rua – Fernanda Rodrigues dos Santos, 40 anos – na cidade do Rio de Janeiro chocou o Brasil⁸. Esta situação ilustra um dos possíveis contextos aos quais estão expostas as mulheres em situações semelhantes, assim como a seção 1.1 deste trabalho também demonstrou.

Sua morte chocou não apenas pela crueldade com que foi assassinada (a tiros, enquanto dormia), mas também pelo fato de esta mulher possuir um “porte nobre”, o que a diferenciava dos demais moradores de rua. Uma reportagem no jornal Folha de S. Paulo registra: “Comprava comida no mercado mais próximo. Segundo um dos atendentes, *parecia uma 'dama da sociedade'*. Escolhia alimentos saudáveis e *pagava 'sem mendigar'*” (LIMA, 2017, s. p., grifos meus).

É possível perceber neste trecho a atribuição de um porte nobre a esta mulher por não demonstrar comportamentos típicos que trazem estigma às pessoas que vivem nas ruas. Essa diferenciação colabora para o choque da sociedade com o seu assassinato, como se, portando tais comportamentos estigmatizados, o crime pudesse ser justificado. De acordo com Maria Theodora Rufino, que atua junto a

⁸ A notícia encontra-se nos Anexos.

movimentos de proteção à população de rua no Rio de Janeiro, o caso evidencia a existência de um movimento de extermínio na zona sul carioca (LIMA, 2017).

A existência desse tipo de movimento não é recente, ele apenas toma formas diferentes ao longo dos anos e é sempre legitimado. No caso dos grupos de extermínio mencionados no Rio de Janeiro, por exemplo, eles possuem expresso apoio do Presidente da República eleito no ano de 2018, quando em 2013 afirmou, enquanto deputado federal, que esses movimentos são muito bem vindos para realizar o trabalho que o Brasil não realiza quando não institucionaliza a pena de morte⁹.

O que acontece é que a pena de morte já é autorizada e legítima para determinados corpos há séculos, como ocorreu com a escravização de pessoas negras, com o genocídio de populações indígenas e como Lemões (2017) argumenta ao lembrar que o projeto higienista de modernidade sempre teve como alvo corporalidades negras, pobres e socialmente vulneráveis. Assim, Fernanda não é a primeira nem será a última mulher em situação de rua a sofrer violência *simplesmente pelo fato de ser mulher morando na rua*.

Meque, mulher negra, moradora de rua, entrevistada pela repórter Fernanda Canofre para o Jornal Sul21, afirma ter perdido as contas de quantas vezes sofreu esse tipo de violência: “Não foi uma, nem duas vezes que eu fui estuprada na rua. Tanto por brigadianos, quanto por morador de rua” (CANOFRE, 2017). A quem recorrer quando a violência parte de quem supostamente deveria oferecer segurança? A situação é agravada quando sua morada não possui paredes ou trancas e seu endereço – a rua – é sempre de fácil acesso àqueles que lhes representam perigo.

Essas mulheres estão constantemente expostas a todo tipo de violência nos espaços públicos, como afirma Meque nesta entrevista: “mulher, moradora de rua, eles nunca olham a roupa. Sempre olham ela nua. Arrasta pra qualquer lugar e deu” (CANOFRE, 2017). Assim, para estas mulheres, a “brutal modernidade” que Lemões (2017) discute se faz presente cotidianamente. Elas têm seus corpos tratados como públicos, como os espaços que ocupam.

9 A notícia onde é relatado este acontecimento está disponível no endereço eletrônico <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/em-2003-bolsonaro-parabenizou-grupos-de-extermínio-por-substituir-pena-de-morte-no-pais.shtml>

Na Geografia, hoje temos autoras e autores que discutem a maneira como o espaço da cidade se organiza com base nas relações de gênero, com os homens ocupando cargos em empresas e circulando livremente pelos espaços públicos e as mulheres cuidando do lar e da família, no espaço privado da casa. Mas nem sempre foi assim, e as questões de gênero ainda constituem uma lacuna na geografia brasileira.

Assim, Silva (2009) propõe uma “subversão das ausências”, por meio da construção da visibilidade das abordagens de gênero e de questões referentes a grupos sociais minoritários na geografia brasileira. É um desafio construir novas versões de saber relativos a estes grupos com o aparato científico que conta com poucos registros acerca da existências de grupos como este, contudo já há importantes contribuições no campo da ciência geográfica que apontam para uma “pluriversalidade” do conhecimento, conforme discutido por Silva (2009) inspirada por Boaventura de Sousa Santos.

Portanto, é pertinente e urgente que a atenção da ciência geográfica se volte, também, para as mulheres sem casa, que encontram no espaço público, na rua, o seu lar. A cidade é segregada e desigual conforme gênero, raça e classe, e estas mulheres carregam em seus corpos as marcas de um gênero historicamente oprimido, além de estarem em situação de extrema pobreza, sendo muitas delas, também, negras.

Com a compreensão de que o espaço é apropriado de maneira diversa e que seu acesso é desigual conforme os indivíduos carreguem estes marcadores em seus corpos, é evidente a necessidade de discussão do espaço a partir do gênero feminino, tendo-se em consideração o contexto social que envolve as interlocutoras desta pesquisa. A Geografia inscrita em seus corpos e escrita por estes nas ruas da cidade é diversa, complexa e, por vezes, injusta para com suas existências, que têm violados seus direitos básicos e negada sua cidadania cotidianamente.

Essa realidade, além de todo o contexto perverso, pode, também, demonstrar outras maneiras de ver e viver a cidade, que surgem no caminhar contínuo a partir do qual realizei esta pesquisa e que é certamente relevante para as geografias que quero conhecer no interior do espaço que também construo enquanto analiso. Geografias que são realizadas no espaço geográfico a partir do corpo, em espaços distintos, em movimentos múltiplos e não lineares, em constante interação com os demais corpos e elementos no espaço. Como uma escrita de corpos no espaço,

para a qual a atenção da ciência geográfica deve se voltar, se compreende que o espaço está em constante transformação e em movimento, assim como as nossas vidas.

2.3 Os corpos em movimento: espaço e experiência

Para a leitura de espaço a qual me proponho neste trabalho, adotei alguns conceitos que se apresentam como pilares para a discussão, tais como espaço relacional, corpo/corporalidade e gênero, todos servindo como lentes para a análise e discussão de experiências femininas em situação de rua.

Espaço relacional é um conceito cunhado pela geógrafa britânica e pós-colonial Doreen Massey. Massey (2004) conceitua o espaço com base em três proposições principais: 1) o espaço é produto de inter-relações; 2) O espaço é a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade; 3) por ser o espaço um produto de inter-relações, que podem ou não ser efetivadas, o espaço está sempre em devir. Assim, para esta autora, o espaço é genuinamente aberto. Sendo esta abertura não uma abertura a partir da qual sabe-se exatamente para onde a história está se movendo, mas uma abertura radical, repleta de possibilidades, que admite tantas possibilidades quantas relações forem possíveis de se realizar no espaço.

Assim, Massey (2004) defende esta noção de um espaço aberto e sempre em devir como um pré-requisito para a história ser também aberta e, portanto, para a possibilidade da política. A autora afirma:

Este caráter relacional do espaço, juntamente com sua abertura, significa que o espaço também contém, sempre, um grau de inesperado, de imprevisível. Assim, tal como extremidades inacabadas (*looseends*), o espaço contém, também, um elemento de “caos” (do ainda não prescrito pelo sistema). É um “caos” que resulta daquelas justaposições imprevisíveis, daquelas separações acidentais, o caráter freqüentemente paradoxal das configurações geográficas em que, precisamente, um número de trajetórias distintas se entrelaçam e, algumas vezes, interagem. O espaço, em outras palavras, é inerentemente “disruptivo” (MASSEY, 1997). Talvez de forma a mais surpreendente, dadas as conceitualizações hegemônicas, o espaço não é uma superfície” (MASSEY, 2004, p. 17).

Esse elemento de “caos” resultante de combinações, entrelaçamentos e

interações não prescritas pelo sistema está presente de diversas maneiras nas espacialidades que todos nós realizamos. Contudo, destaco aqui este aspecto nas espacialidades das mulheres em situação de rua. É, dentre outros fatores, por conta desse “caos”, que é complexo e delicado lidar com sua condição quando nos encontramos fora desse quadro, pois as espacialidades que instituímos não são as mesmas que elas constroem.

Não é suficiente apenas perguntar-se por que existem pessoas habitando as ruas. Com base em pesquisas realizadas ao longo dos anos em diferentes áreas do conhecimento, vamos encontrar respostas as mais diversas. Muitas são as pessoas que saíram de casa porque perderam o emprego e não possuíam condições de manter o pagamento do aluguel do local onde moravam, tantas as que saíram de casa por desentendimentos devido ao uso de drogas; tantas outras saíram por desilusão amorosa ou para fugir da violência doméstica; há, também, os que afirmam ter ido morar nas ruas por vontade própria, em busca de liberdade.

Não é possível nem necessário generalizar as motivações de pessoas diferentes, com trajetórias de vida distintas. O que há em comum nessas pessoas é que encontram na rua a sua morada, independente da motivação para tal. Esse “caos” encontrado nas espacialidades dessas mulheres é muitas vezes motivação para que outras pessoas não se aproximem delas, por medo do desconhecido, do não habitual, e mesmo devido a preconceitos.

Em artigo do ano de 2012, a antropóloga Patrice Schuch e o cientista social Ivaldo Gehlen questionam-se acerca das motivações para que a perspectiva essencialista acerca das vivências da população em situação de rua siga ainda tão forte nas práticas de mobilização e discussão em torno dessa temática, mesmo quando a própria população insiste em se levantar contra tal essencialização.

Os autores partem da hipótese de que essa essencialização se deve a uma correlação entre duas grandes perspectivas de abordagem sobre este tema: a que entende que estar na rua é uma problemática que necessita de intervenção para que as pessoas sejam retiradas da rua e a que compreende a situação de rua a partir de causalidades macroestruturais, que sempre visualiza as pessoas em situação de rua como sujeitos da falta e a rua como o espaço da exclusão (SCHUCH; GEHLEN, 2012)

Para os autores, “(...) ambas as abordagens retiram a complexidade da agência dos sujeitos, tornando a rua um espaço ontológico da exclusão por

excelência e/ou entendido unicamente a partir da lógica das necessidades de sobrevivência” (SCHUCH; GEHLEN, 2012, p. 12). O que Schuch e Gehlen defendem neste artigo é uma posição intelectual da qual partilho e que busquei também construir ao longo dessa pesquisa:

(...) uma visão complexa da situação de rua requer o dimensionamento tanto das multicausalidades que estão na origem desse fenômeno, entre as quais devem ser incluídos processos sociais e históricos, tecnologias de governo específicas e certas práticas dos sujeitos, quanto o reconhecimento de que *a rua é, também, um espaço de produção de relações sociais e simbólicas habitado por sujeitos com agência política que exploram o mundo na instabilidade de seu movimento* (SCHUCH; GEHLEN, 2012, p. 13, grifo meu).

É na instabilidade do movimento desse mundo que levo em consideração as vivências abordadas nesta pesquisa. A multicausalidade da situação de rua se faz presente neste trabalho. A capacidade de agência política daquelas que a partir daqui passarei a denominar como *mulheres em movimento* é aspecto fundamental nas suas vivências. Muito além de pessoas que vivem um suposto “universo da falta”, as mulheres cujas vivências compõem este trabalho trazem consigo experiências e visões de mundo repletas de riquezas e diferentes nuances muito subjetivas. Como afirma entre sorrisos Teresa, interlocutora já mencionada nas *Notas de campo I e II*: “mas, que a vida é tão bonita, perfeita, criatura! Nós é que não deixamo ela mais bonita porque não queremos. É verdade!” (DIÁRIO DE CAMPO, 23/08/2018).

A espacialidade da vida nas ruas tem elementos de caos para quem julga ser observador, mas o que acontece é que somos todos constituintes dessas interações ou não interações que compõem essas espacialidades. Talvez por isso possamos muitas vezes escolher não olhar, não pensar e não falar a respeito. Não é fácil admitir que somos parte integrante do que julgamos ser caos na vida de outrem. Ou mesmo que esse elemento de “caos” seja também uma parte de nossas vidas, das espacialidades que também constituímos.

Nessa perspectiva relacional do espaço, também se situa a corporalidade dos sujeitos na cidade. Para Britto (2010), em consonância com Massey (2004) e complementando suas discussões ao trazer o corpo para o centro da experiência, o espaço é mais do que uma plataforma física para ser ocupada pelos corpos, mas sim um campo de processos instaurados pela própria ação interativa de seus componentes, que produz corporalidades e ambiências (BRITTO, 2010).

Para a autora, a cidade é compreendida pelo corpo como um conjunto de condições interativas cuja síntese é expressa pelos corpos por meio de uma corpografia urbana: espécie de cartografia corporal que não distingue o objeto que é cartografado de sua representação, pois reconhece a dinâmica que constitui tal cartografia como contínua e recíproca.

Dessa maneira, Britto (2010) admite a hipótese de que a dinâmica da cidade se inscreve em diversos graus de estabilidade sobre os corpos que a experimentam, configurando suas corporalidades. O corpo, aqui compreendido como uma totalidade do ser, para além da diferenciação entre corpo e espírito. Somos nosso corpo e não alguém que apenas “mora” nele. Compreendo com Nunes (2010) que não se trata de afirmar que temos um corpo, mas sim de que somos esse corpo que age e sente, afeta e é afetado pelas relações entre corpos e espaços.

Essas corpografias, portanto, permitem tanto compreender “as configurações de corporalidade como memórias corporais resultantes da experiência da espacialidade, quanto compreender as configurações urbanas como memórias espacializadas dos corpos que as experimentaram” (BRITTO, 2010, p. 15). Assim, as relações que constituem o espaço e possibilitam a existência da multiplicidade também configuram os corpos, que constroem suas espacialidades nas interações efetivadas neste espaço. A multiplicidade, então, se faz presente como condição e produto dessas interações. Multiplicidade de sujeitos, de corpos, de espacialidades, de experiências. Com a compreensão de que o espaço e a espacialidade constituem a possibilidade da existência da multiplicidade e de que a cidade é constituída pelas interações entre corpo e espaço e entre corpos no espaço, Massey (2004) e Britto (2010), possibilitam o reconhecimento da legitimidade de diferentes trajetórias num mesmo espaço. Sem que isso queira significar que o diferente esteja atrasado em relação ao que se considera normal, hegemônico ou “avançado”.

A diferença, inevitavelmente, se apresenta. Diferença aqui compreendida com Nunes (2014) não como análoga à alteridade, mas como um aspecto que emerge por características próprias, sem que seja necessário comparações e oposições. Assim, para Nunes (2014), *aceitar a existência de múltiplos domínios da realidade abre espaço para a aceitação da diferença com base no respeito*, além do fato de que a diferença abre a possibilidade de “multiplicidade de territórios, ambientes, lugares e paisagens que integram o mesmo espaço” (NUNES, 2014, p. 181).

Para esta autora “a mobilidade é o que permite a coexistência de realidades, fixar esse movimento, essa possibilidade de deslocar percepções e representações, é abrir espaço para a intolerância” (NUNES, 2014, p. 183), o que é demonstrado pela intolerância praticada contra as mulheres em movimento, por exemplo.

Ainda no que diz respeito à relação dos sujeitos com a cidade, para Guattari (2012), as cidades são grandes máquinas produtoras de subjetividades individuais e coletivas. O espaço, de acordo com o autor, nos interpela dos mais diversos pontos de vista: desde o aspecto histórico ao estilístico, passando pelo afetivo, funcional e mais uma gama de possibilidades.

As construções no espaço são consideradas por Guattari (2012) como máquinas enunciativas que, dentro das cidades, compõem uma subjetivação parcial, juntamente com outros agenciamentos possíveis de se realizar nesse espaço. Com a aceleração das mudanças nas cidades ao redor do mundo, nos encontramos em um contexto no qual “(...) nossos órgãos sensoriais, nossas funções orgânicas, nossos fantasmas, nossos reflexos etológicos se encontram maquinicamente ligados em um mundo técnico-científico que está realmente engajado em um crescimento louco” (GUATTARI, 2012, p. 141).

A rua, a cidade, as casas, seriam considerados por Guattari (2012) como focos de subjetivação. Para Nunes (2014), a produção de subjetividades no lugar é *experiência corporalizada* de intensa ação cognitiva, sendo também a cognição uma ação corporalizada. Portanto, a análise que empreendo aqui se afirma como voltada para o sujeito, ao passo em que estes efetivam os agenciamentos que constroem suas subjetividades no espaço, na relação com o espaço e com o outro, por meio de sua corporalidade. Admitir a corporalidade dos sujeitos é não racionalizar de pronto todas as discussões e fugir da geografia da ação sem sujeito, abrindo espaço para a sensibilidade e percepção destes sujeitos no espaço.

Assim, me situo enquanto pesquisadora posicionada em uma epistemologia feminista da Geografia, que compreende que no fazer científico estão em jogo “as formas de projetar a vida, a ética e a política” (SILVA, 2009, p. 57). Portanto, esta pesquisa se dá em uma relação recíproca, na qual compreendo que precisei e preciso sempre aprender com o *saber da rua* do qual são dotadas as interlocutoras, antes de qualquer intervenção a partir da inserção em seu cotidiano.

É imperativo afastar-me de uma Geografia que se pretende neutra e imparcial, que por muito tempo se preocupou apenas em classificar e representar

espaços e territórios e que, para a geógrafa Camila Nunes, hierarquizou sujeitos e territórios, na composição de uma Geografia descorporalizada de espaços desumanizados. Assim, compreendo com a autora o *espaço como experiência corporalizada* (NUNES, 2014). Isso porque compreendo com Nunes (2014) que o espaço geográfico é, também, o espaço da existência, e apartá-lo dessa dimensão comprometeria a compreensão de sua multiplicidade.

Notas de campo III

Eu entrei pra noite com 16 anos. Porque eu fui estuprada com 15 anos. Foi ruim, eu passei muito trabalho nisso aí. Aí depois entrei com 16 anos pra noite, pra aprender o que que era a noite. Eu trabalhei muito tempo. Aí depois me ajuntei com o pai da minhas filha, saí da noite. Conheci ele fazendo isso.

* * *

Eu sabia que eu não era mais aquela Carolina que eu era antigamente. Porque eu comecei a sugar. Meu corpo a decompor, entendesse? Como se fosse, assim, tu enterrar uma pessoa que faleceu, e aí aquela terra ir decompondo o teu corpo, entendeu? Então é assim que eu me sentia. Porque o crack me compôs todinha, ela sugou o que eu tinha. Ela sugou minha razão de viver, ela sugou a minha alma aos pouco, entendesse? Ela sugou meu bem querer de viver no mundo, entendeu?

(Carolina, mulher negra, 29 anos)

É, se tu ficar ali, todo tempo ali no mesmo lugar dormindo ali, não... não sei te explicar. Eu prefiro dormir hoje aqui e amanhã já vou dormir em outro lugar, entendesse? Me sinto mais segura assim do que dormir todos os dia no mesmo lugar.

(Dandara, mulher negra, 25 anos)

[O que você acha que é mais desafiador para a mulher em situação de rua?]

Aguentar e não se prostituir e usar droga. E correr o risco de se envolver com alguém, algum cara foragido ou ficha suja.

(Ruth, mulher negra, 31 anos)

Capítulo 3 - Geografias de corpos em trajetórias não lineares



CAPÍTULO 3 – GEOGRAFIA DE CORPOS EM TRAJETÓRIAS NÃO LINEARES

As *Notas de campo III* evidenciam um aspecto fundamental para a compreensão deste terceiro e último capítulo: a não linearidade das experiências das mulheres em movimento. Ouvir as suas histórias de vida torna muito evidente o fato de que muitas vezes a rua é a única saída possível, ou mesmo a mais viável, diante de um cenário de violência e violações de direitos nas vidas dessas mulheres. Todas as concepções de causalidade para o ingresso à vida nas ruas são desafiadas, pois a multicausalidade se faz presente. Ouvir e escrever sobre essas histórias desafia os padrões de organização do pensamento acadêmico e torna uma tarefa complexa analisar seus discursos.

Neste capítulo trago uma continuação dos relatos iniciados no Capítulo 1, onde trouxe uma breve apresentação das mulheres em questão. Essa escolha se deve ao fato de que as falas das interlocutoras seguiram, muitas vezes, um caminho mais orgânico do que o roteiro, no qual as respostas iam surgindo à medida que elas se abriam e permitiam compartilhar comigo suas histórias de vida. Embora o roteiro de entrevista trouxesse perguntas divididas em eixos específicos, a análise não seguirá por esses eixos, mas pelos relatos em si.

Para continuar a escolha iniciada a partir da inserção de *Notas de Campo*, neste capítulo as mulheres em movimento enunciam suas experiências antes de tudo. Suas falas serão entremeadas à minha escrita, que tem como objetivo apontar para os principais aspectos discutidos ao longo do trabalho, e que foram evocados pelas mulheres em movimento. Para proporcionar uma maior fluidez à leitura, escolho não trazer suas falas em forma de citação, e para destacar e deixar evidente quando são elas quem falam, além de indicar no próprio texto, suas palavras vêm em itálico, para evitar confusões entre minha escrita e seus discursos.

Ao ler as histórias que compartilho, poderá ser percebido que algumas interlocutoras falaram muito mais do que outras, e que certos temas foram explorados com maior profundidade por determinadas mulheres, enquanto chegam a ser praticamente ignorados por outras, que preferiram não responder ou responderam de maneira tangencial ou curta a algumas das perguntas. Assim, há interlocutoras que tiveram poucos relatos transcritos, pois sua postura foi de responder estritamente às perguntas, sem formar um texto contínuo, enquanto outras traçaram extensas narrativas, que se encontram transcritas em parte na

próxima seção.

Nos discursos das mulheres em movimento que foram entrevistadas, a relação com o companheiro se faz presente como uma das principais causas do ingresso no universo da rua e a relação, quando segue após essa mudança, continua a ser problemática e, muitas vezes, violenta, ainda que o homem seja visto, majoritariamente, como uma espécie de escudo que protege as mulheres nas ruas.

O objetivo deste capítulo é discutir de que maneira o gênero influencia na instituição dos movimentos das interlocutoras, a partir da análise de suas falas cedidas em entrevistas e captadas em momentos de observação participante. Através dessa análise, discutirei também de que maneira a relação com o corpo é trazida em seus discursos acerca de suas experiências de espaço.

De antemão justifico que haverá algumas repetições de trechos já trazidos em Notas de campo, pois alguns serão de fundamental importância no interior de suas narrativas, assim como o foram no papel de abrir os capítulos da dissertação.

3.1 Trajetórias

Conforme discutido no Capítulo 2 deste trabalho, as vivências femininas na situação de rua trazem consigo peculiaridades que dizem respeito à questão do gênero enquanto exercício de ideais sociais estabelecidos para diferentes corpos. Mencionei no capítulo anterior o fato de que a mulher que mora na rua, ao fazê-lo, desafia os papéis de gênero culturalmente concebidos, bem como também os reproduz, mesmo fora do ambiente doméstico – ou, melhor dizendo, ao levar o ambiente doméstico para a rua.

Ficou evidente nas falas das interlocutoras o quanto o ideal do homem provedor se mantém no imaginário de algumas delas, que se põem a visitar e a cuidar dos filhos – que em geral ficam sob os cuidados de familiares domiciliados – enquanto o companheiro trabalha para conseguir seu sustento.

E, também, como prova da multiplicidade de vivências e experiências espaciais na situação de rua, e desafiando os preconceitos que me acompanharam no início desta pesquisa, há quem afirme encontrar na prostituição uma maneira mais fácil de ganhar a vida do que aquelas encontradas pelos homens, como realizar assaltos e roubos, por exemplo.

Assim, após apresentar mais de suas falas nos tópicos seguintes, realizarei discussões sobre diferentes maneiras pelas quais o gênero influencia na instituição das espacialidades dessas mulheres em movimento – as que se mostraram de maneira mais expressiva nas falas das interlocutoras.



Carolina de Jesus

As relações de gênero aparecem durante praticamente todo o tempo nas falas das interlocutoras entrevistadas, mesmo que indiretamente, quando efetivamente as questões não versam sobre isso. Muitas vezes, a própria relação com o companheiro foi o motivo apontado para que elas adentrassem o universo da rua.

É o caso de Carolina, 29, que conta ter ido para a rua por conta do vício do marido em *crack*. E, ao ser questionada acerca de suas experiências nas ruas, trouxe verdadeira avalanche de informações, que vão desde sua relação com o companheiro e com o uso do *crack* até o uso do corpo como mercadoria para “ganhar a vida”. Assim, o companheiro e o *crack*, juntos, são a causa apontada por ela para seu ingresso na situação de rua. Em quase 1h e meia de entrevista, Carolina conta o porquê de haver perdido a casa onde morava, o motivo para ter usado *crack* pela primeira vez e, conseqüentemente, perdido a guarda das filhas.

Ao fazer isso, ela levanta questões sobre violência de gênero, interdições corpóreas e sobre a sua relação com o seu próprio corpo, de maneira muito evidente. Sua trajetória como usuária de *crack*, iniciada, segundo ela, por influência do companheiro, é também a sua trajetória de rua. E a trajetória com o companheiro se inicia em sua experiência com a prostituição. A experiência de prostituição, por sua vez, vem em decorrência de um estupro, segundo ela, sofrido aos seus quinze anos de idade, quando ainda era virgem.

Apontar essas questões é de grande relevância no contexto deste trabalho, porque elas evidenciam como distintas experiências de vida podem encaminhar os sujeitos para diferentes experiências de espaço. O que as interlocutoras deste trabalho têm em comum é, sobretudo, o fato de que suas experiências as encaminharam para o universo da rua, da ausência de domicílio fixo. Sobre seu

ingresso na situação de rua, Carolina aponta:

Porque eu era casada e aí... casada modo de dizer, era ajuntada, e aí, no início era tudo mar de rosas, depois ele começou a se atirar no crack. Eu, na época, não conhecia que que era o crack, e aí ele pegou e começou a desfazer das coisa. E naquele tempo não tinha o negócio de escritura de terreno, por causa que era uma invasão onde nós morava, e ele vendeu o terreninho que nós tinha entrado. Com casinha, com tudo em cima. Desde as coisas, começou primeiro com as coisas de dentro de casa, depois começou o chalé e o terreno, entendeu?

Quando conversamos, Carolina estava em situação de rua há cerca de 10 anos, que é o tempo aproximado em que ela encontra-se como usuária de crack. Devido à relação dela e do marido com a droga, Carolina perdeu a guarda de suas filhas para o Conselho Tutelar, mas diz ter ficado feliz porque familiares conseguiram recuperar a guarda das crianças algum tempo depois.

Mas essa felicidade tem ressalvas. Ela descreve como sendo cruel o trajeto que sua vida seguiu a partir dali:

Eu estava num trajeto que eu não era mais a Carolina aquela. Eu sabia que eu não era mais aquela Carolina que eu era antigamente. Porque eu comecei a sugar. Meu corpo a decompor, entendesse? Como se fosse, assim, tu enterrar uma pessoa que faleceu, e aí aquela terra ir decompondo o teu corpo, entendeu? Então é assim que eu me sentia. Porque o crack me decompôs todinha, ela sugou o que eu tinha. Ela sugou minha razão de viver, ela sugou a minha alma aos pouco, entendesse? Ela sugou meu bem querer de viver no mundo, entendeu? (...)

Eu pesei qua-ren-ta e cin-co qui-los! Quase, quase quarenta e cinco gramas, faltava chegar pra 45 gramas, entendesse?! Quarenta e cinco quilos! Eu não tinha bunda, eu não tinha perna, eu não tinha mais nada de corpo! Eu virei totalmente um trapo velho. Meu rosto, tu olhava, sugado. Meu corpo, tu olhava e dizia “Carolina, meu Deus! Tu tá só a roupa!”. Eu botava três, quatro calças por cima, pra ver se criava alguma carninha. Por causa que eu tinha de ver o meu corpo assim na frente do espelho. Eu tinha vergonha de me olhar no espelho e olhar meu rosto daquele estado. Tinha vergonha de mim mesma, sabe?

No momento de nossa entrevista, Carolina adentra em muitos conflitos ocorridos em sua vida, de uma maneira que em alguns momentos não se sabe se os acontecimentos são de antes ou depois de adentrar a situação de rua. Chamam a atenção os relatos que dizem respeito à maternidade, que findam por dizer muito

das interdições corpóreas devido à violência de gênero.

Ela conta que fez laqueadura das trompas porque teve problemas na sua última gestação. Não problemas de saúde, mas sim agressões por parte de seu companheiro:

*Eu fiz ligamento por causa que eu tive problema na gravidez do meu guri, que **eu fui toda marcada de fio de luz**, do pai da minhas filha. E aí fiz ligamento. E eu vou te dizer, assim, me arrependo hoje em dia. Eu perdi três filhos. Eu teria cinco. Perdi natural. Fiz ligamento... não vou te dizer que... que... que eu gostei. Não gostei, não, por causa que hoje em dia eu sinto... eu não deveria de ter feito, entendesse? Gostaria de ter mais filho. Meu sonho seria ter mais filho. Mais uns dois, pra mim já me faria um bem legal, sabe?*

Ao ser questionada se a laqueadura que realizou foi espontânea, Carolina diz:

eu fiz contra a minha vontade, mas ao mesmo tempo, com medo que o outro [o companheiro] me matasse. Que o pai da minhas filha me matasse, porque o pai da minhas filha me ameaçava. Se eu largasse dele e fosse viver longe dele e ele longe das criança, ele dizia que ia me matar. Porque eu não queria ter mais filho com ele, entendeu?

Mas ele não queria mais me largar, tás me entendendo? E aí ele dizia que ia me matar. E por isso eu fiz o ligamento. Foi uma coisa contra a minha vontade, mas ao mesmo tempo pensando assim: “pô, mas eu to atirada num mundão também, né? Vou me ligar”. Mas ao mesmo tempo, eu fiz isso aí precipitado demais. Porque tem remédios, tem coisa assim, né, tudo? Eu fiz depois que eu perdi o meu terceiro filho. Eu era mais nova, e não queriam, não queriam fazer. Me lembro que não queriam fazer e eu disse assim: “não, mas faz, porque esse homem vai me matar”. E eu fui marcada de fio de luz no corpo, quando eu fui pra ter o guri, o último.

No que diz respeito à espacialidade na rua, para Carolina, esta é marcada por uma continuidade das relações familiares. Carolina conta que, para se manter, pede ajuda de porta em porta, realiza alguns roubos, mas principalmente pede ajuda e leva o que consegue para a casa de uma irmã de criação, que a ajuda a se manter, além de guardar os seus pertences em sua casa e permitir que Carolina durma lá quando não quiser ficar na rua.

Ao ser questionada sobre as diferenças da vida na rua para homens e

mulheres, Carolina considera, para minha surpresa, a vida mais fácil para as mulheres, devido à possibilidade da prostituição:

Carolina: *A diferença... de viver na rua... Diferente é porque os homem já pensam mais em roubar, assaltar... né? E pra mulher é mais fácil. Mais fácil viver a noite. Mais fácil naquelas... entre aspas. Tem umas que roubam, tem outras que se prostituem. Eu acho que na prostituição é mais fácil. Porque tu pode ter sempre aquela pessoa pra te ajudar. Se tu roubar, tu não vai ter ajuda daquela pessoa mais, tu fica marcada e torturada e de repente vai até presa. Mas se tu... se tu te prostituir, de repente numa prostituição, pode tirar aquela pessoa pra uma pessoa eternamente te ajudando. Aquela pessoa correr por ti, sempre. Quando tu precisar de um dinheiro, precisar de uma ajuda. Eu já tive clientes maravilhosos, pessoas que me ajudavam um monte. Só que depois que viram que eu comecei a secar e emagrecer, perguntaram pra mim: “que que tá acontecendo contigo?!”, “tu tá na droga ou tu tá com alguma doença?”, diziam pra mim. Aí foi que eu tinha medo de falar que tava nas droga, e aí começaram a se afastar de mim.*

Quanto à questão da segurança na rua, ela acredita que é inviável que a mulher sobreviva na rua sozinha. Segundo ela, a mulher tem que ter um homem para proteger, pois não existe mulher forte ou valente o suficiente para sobreviver aos perigos da rua, sobretudo à noite, sem uma proteção masculina. Ela afirma que é por isso que ela insiste em recuperar o relacionamento com seu marido, em tentar se livrar e livrá-lo do uso de drogas, pois para ela ele é um “homem de verdade”, que a protege dos perigos. Mas, mesmo afirmando isso, Carolina relata que já houve momentos em que soube se defender muito bem sozinha, com a ajuda de faca ou outro objeto que leva consigo em sua bota ou em sua bolsa.

Nesse aspecto da dependência de proteção masculina, Teresa traz um posicionamento que difere muito do de Carolina, e é dela que falarei em seguida.



Teresa do Quariterê

Diferente de Carolina, Teresa, 35, foi bem sucinta em sua entrevista. Não entra em detalhes sobre conflitos familiares ou relações mais próximas com outras pessoas, sejam mulheres ou homens, nas ruas. Contudo, em sua fala sintética, demonstra posicionamento firme sobre as questões abordadas.

Afirma nunca ter tido um companheiro amoroso na rua, pois na rua, segundo ela, com os homens da rua tem que ser “só o 'bolsa-família', (...) o rápido!”. E afirma, veementemente, não querer ter nada além do estritamente necessário (apenas sexo) com homens na rua, pois para ela “relação na rua entre homem e mulher é muito relaxada. Bem relaxada. É bem, bem relaxada e muito nojenta! Eu, pra mim, não serve. Aí é só o bolsa-família e deu. O cartãozinho do SUS! (risos). Só o bem básico”, e afirma se sentir bem estando sozinha, pois sabe se defender.

Segundo Teresa, não há diferenças entre a vida de mulheres e de homens em situação de rua:

O povo te discrimina igual, o povo te olha com uma cara igual, e é bem complicado! Mas, só como eu não tô, né, bebendo água na vida de ninguém, neguinha, eu acho assim, ó: eu tô precisando, então é melhor eu ir pedir do que agarrar tua bolsa e sair correndo, né? Eu peço! Quer me ajudar, me ajuda; não quer me ajudar, ninguém é obrigado a nada, só a obrigação que as pessoas têm é de serem educadas, e muitos não são.

Teresa afirma que o mais complicado e desafiador para a mulher que mora na rua é o período da noite. Mas diz que dorme tranquila, porque “se dá o respeito” e em último caso “abre o griteiro”, se for preciso. Questiono o que seria “se dar o respeito” e ela diz que isso é algo relativo, que depende de cada mulher, mas que tem a ver com a educação que a mulher recebeu antes de ir morar na rua, o vocabulário e o jeito de cada uma.

Sobre os espaços que vive na cidade, conta que não possui muitos critérios para escolher onde dormir, só precisa ser um lugar coberto, onde consiga se proteger do frio e da chuva. Mas às vezes precisa se mudar porque chega alguém no lugar reivindicando ser “dono do lugar”. Diz que não há argumento contra isso, o jeito é “sair fora”.



Jurema Batista

Jurema, 56, é a mais experiente das mulheres em movimento que aqui falam. Tem muitas questões psicológicas sendo tratadas, quadro de depressão e tentativa de suicídio, como mencionado no Capítulo 1. Como as experiências de espaço diferem conforme gênero, classe ou raça, diferem também conforme a idade. Nesse

caso, ainda há o agravante da condição psicológica de Jurema, o que faz com que não haja a experiência de morar na rua de fato, mas sim de não possuir domicílio, e estar sempre buscando internação para tratamento.

Ela conta que todas as vezes em que não estava internada em alguma instituição para tratamento psiquiátrico, conseguiu abrigo em casa de amigos e familiares, ou serviços de albergagem públicos. Ela se mantém financeiramente com o auxílio do benefício social Bolsa-Família. Possui cinco filhos adultos, dentre os quais alguns estão em situação de rua. Devido à idade mais avançada que as demais, houve várias perguntas, sobretudo relacionadas às questões de sexualidade, que ela afirmou não se aplicarem a ela, pois “tem dias que eu não consigo ficar bem nem comigo, tu imagina com alguém, né, do meu lado”, e diz também não ter mais idade para essas coisas.

Para Jurema, a presença de um homem é fundamental para a segurança da mulher que mora na rua, pois ela considera que a rua está cada dia mais perigosa. Segundo sua visão, a sociedade julga muito mais a mulher que fica em situação de rua do que o homem, pois é como se a mulher quisesse, *escolhesse* estar ali, quando na verdade poderia “se virar” para não chegar àquela situação.

Quando questionada sobre os lugares dos quais gosta ou considera mais seguros na cidade de Pelotas, Jurema levanta a questão da temporalidade, lembrando que todo lugar pode ser perigoso, e o que mais importa para ela é não andar na rua à noite. E diz que não há lugares que ela “goste ou desgoste. Não tem essa”.



Chiquinha Gonzaga

Chiquinha, 34, também não falou muito sobre sua trajetória de vida, foi bastante objetiva. Estava há apenas dois meses em situação de rua, o menor tempo dentre todas as interlocutoras. Considera que o mais difícil para a mulher que mora na rua é não ter onde tomar banho nos finais de semana, dias em que o Centro POP não funciona. Afirma que quem representa perigo para as mulheres que moram na rua são os homens, mas que para ela é tranquilo, pois ela se garante com a proteção do marido, então se torna tranquilo viver a rua.

Considera que para se fixar em um lugar com o marido, esse lugar precisa ser isolado de outros moradores de rua, “cada um no seu canto”, para ter um pouco de privacidade. Mas ressalta: “não digo na cama, assim, essas coisas... mas privacidade em tudo”.

Quando questionada sobre lugares que gosta e considera seguros, ela diz que nasceu e se criou em Pelotas, então não tem lugar que ela não goste, mas atualmente considera com maior afeto a pracinha onde está morando (Parque Dom Antônio Zattera).



Dandara dos Palmares

Dandara, 25, em situação de rua há cerca de um ano na época da entrevista, quando questionada sobre a necessidade de uma companhia masculina para a mulher que mora na rua, sequer vislumbra um cenário em que ela morasse na rua se não tivesse o companheiro, com o qual se relaciona há oito anos.

Segundo ela, se não tivesse o companheiro atual, estaria morando com a mãe, já estaria formada em um curso superior e trabalhando. Quando falamos sobre as diferenças entre as vivências de mulheres e homens moradores de rua, Dandara evoca muitas questões referentes à corporalidade feminina e aos papéis de gênero:

É que homem... homem é homem, né? Se ajeita em qualquer canto, né? A mulher não, ela já tem que ter... ela tem que ter a privacidade dela pra poder tomar o banho, pra poder se trocar. Porque a mulher não vai passar o dia inteiro com a mesma roupa, né? Tem que ter o momento pra ela fazer a higiene dela, né? Pra ela se cuidar. Mora na rua, mas tem que tá direitinha, né? Esse é um ponto que tem que mudar, entendesse? As mulher tem que ser tratada do mesmo jeito que os homem são tratado, entendesse?

Para Dandara, o mais desafiador para a mulher em movimento é a convivência com as pessoas que se recusam a ajudar. Para ela, a vida nas ruas é mais fácil para o homem, que geralmente consegue a ajuda que precisa, pois se não tiver dinheiro, “eles vão lá e assaltam”, mas para a mulher é muito mais difícil fazer isso. Quando questionada sobre quem representa perigo para a mulher que mora na rua, ela afirma que a mulher não corre nenhum risco se souber “se dar o respeito” e

“se pôr no lugar dela”. Seguindo uma linha de pensamento semelhante à de Teresa no que diz respeito à responsabilidade pela exposição aos perigos da rua ser da mulher, o pensamento de Dandara difere do de Teresa quando define sua concepção de “se dar o respeito”.

Para ela, se dar o respeito é, sobretudo, não se envolver em brigas e saber proteger os filhos disso também, fazer amizade com todo mundo, pensando que um dia pode precisar de ajuda daquela pessoa, e se a mulher se envolver em briga, esse caminho fica interditado. Sua trajetória de rua é intercalada entre dormir na casa da mãe, da sogra, sob a marquise de uma agência bancária ou na “pracinha”, o Parque Dom Antônio Zattera.

Para um lugar na rua ser eleito como local de moradia, Dandara afirma que um lugar limpo e com alguma cobertura já é o suficiente. Já sobre o tempo de permanência e necessidade de mudança desses locais, conforme mencionado nas Notas de Campo III, ela diz:

É porque a pessoa não pode, no meu ponto de vista, eu não gosto de ficar dormindo várias vezes no mesmo lugar. Eu prefiro variar, entendesse? Se tu ficar ali, todo tempo ali no mesmo lugar dormindo ali... não sei te explicar. Eu prefiro dormir hoje aqui e amanhã já vou dormir em outro lugar, entendesse? Me sinto mais segura assim do que dormir todos os dia no mesmo lugar.

Ela define o Centro da cidade como um local “bom de andar”, sendo a parte da cidade que ela mais gosta e considera segura. Diz que não anda pelas vilas, bairro Dunas, Obelisco (bairros mais populares), pois tem medo de tiroteios e coisas do tipo. Então se mantém sempre pela área mais central da cidade.

•

Antonieta de Barros

Antonieta, 39, também bastante sucinta e objetiva em suas falas, afirma ainda querer ter mais um filho, mesmo já tendo quatro, dentre os quais dois estão sob guarda do Conselho Tutelar. O tempo que Antonieta tem de trajetória de rua é de um ano, aproximadamente o mesmo tempo de duração de seu relacionamento com o atual companheiro. Para ela, a mulher que mora na rua **precisa** de um homem junto.

De acordo com sua percepção, as mulheres que moram na rua conseguem

ajuda mais facilmente que os homens, pois há pessoas que são mais condescendentes com as mulheres, pois as mulheres correm mais risco nas ruas por serem mais sensíveis que os homens.

Uma fala de Antonieta que me chamou muito a atenção foi a resposta que ela deu quando questionada sobre o que é mais desafiador para a mulher em situação de rua. Ela responde: “é conviver sozinha”. Talvez não tenha sido o objetivo de sua fala, mas para mim soa muito significativa a expressão “conviver sozinha”, pois a convivência é coexistência, requer a presença de outro(s).

Mas, para a pessoa que vive sozinha nas ruas, muitas vezes a convivência com outras pessoas é pautada pela não interação. Mesmo que ocupem momentaneamente os mesmos espaços que as pessoas em situação de rua, muitas vezes as demais pessoas apenas ignoram suas existências, e elas de fato “convivem sozinhas”. Contudo, isso pode ser apenas um devaneio de pesquisadora inclinada a ler poesia, e Antonieta na verdade só queria dizer que o mais difícil é não ter uma companhia na rua. De toda forma, as duas leituras me parecem possíveis.

Para se fixar em algum lugar, Antonieta escolhe o que for mais escondido. E conta que se muda de lugar de abrigo quando “a pessoa que cuida” coage a ela e aos companheiros de rua a deixar o local. Segundo ela, no Parque Dom Antônio Zattera acontece de agentes de segurança privada exercerem esse papel e os fazerem deixar o lugar onde se instalaram.

Quando questionada sobre os lugares que gosta ou considera seguros na cidade, ela diz: “Ah, eu não sei. Acho que pra mim todo lugar é ruim, mas a gente tem que ficar onde a gente se sente bem. Eu me sinto bem só quando eu tô com meu pessoal na minha volta. Quando eu tô com meu namorado, aí eu me sinto bem”.

•

Ruth de Souza

Ruth, 31 anos, assim como Jurema, não chegou a dormir nas ruas. Vive em uma pensão e se mantém financeiramente com o auxílio de diversas doações e benefícios. Sobre a relação entre homens e mulheres na rua, ela considera que há muita fidelidade entre os casais, mas acha irresponsabilidade eles terem filhos, principalmente quando possuem vício em drogas.

Sobre sua vida em trajetória de rua, conta que, devido ao fato de ter sido criada por um pai racista e machista, e por sempre ter contado com a presença dos irmãos para protegê-la, ela busca proteção acima de tudo. Afirma já ter precisado abandonar um terreno onde morava, porque morava sozinha e não se sentia segura assim.

Considera a vida nas ruas muito mais arriscada para a mulher, além do fato de que os homens têm mais opções de trabalho, como os de construção civil, por exemplo. Pontua o fato de que já passou por situações onde pediu alimento para um homem e ele lhe ofereceu “mais do que comida”, dizendo “vamo ali, que eu te dou algo mais...”.

Sobre sua trajetória antes da situação de rua, conta que foi molestada pelo pai aos cinco anos de idade e, aos catorze, por outro familiar. Em todos os relacionamentos amorosos em que se envolveu, sofreu agressão verbal ou violência psicológica. Mas, segue sua fala dizendo que considera que a mulher é quem se coloca em situações de perigo, que a culpa é da mulher quando ela sofre violência sexual, por não se impor quando o homem se aproxima e por permitir que ele chegue perto.

Quanto à cidade, Ruth prefere as áreas centrais e gosta muito da rodoviária, pois lhe traz boas lembranças de quando ia até lá para viajar ou para ficar olhando os patinhos no lago, junto à sua mãe, para fugir das agressões do pai alcoólatra.



Beatriz do Nascimento

Quando conheci Beatriz, a única das interlocutoras que não entrevistei, ela e o companheiro haviam acabado de sofrer um ataque violento. Cito aqui um trecho de anotações minhas em diário de campo, do dia em que a conheci:

Segundo Beatriz, a vizinhança é muito boa com ela e o companheiro, desde senhoras e senhores que lhes ajudam com doações, até pessoas que os cumprimentam e tratam bem quando passam por eles. Ao contrário do que imaginei, aparentemente Beatriz é querida por funcionários do comércio local. Utiliza o banheiro do supermercado cuja marquise lhe serve de abrigo para seus asseios e necessidades diárias (exceto banho) e consegue favores de uma funcionária de uma padaria próxima, que vez por outra lhe concede

um pacote de fumo de graça (DIÁRIO DE CAMPO, out. 2017).

Mas apesar de todo o bom relacionamento cotidiano que mantém com a vizinhança, semana passada ela e o companheiro passaram por uma situação muito grave: alguém ateou fogo aos seus colchões enquanto dormiam sobre eles durante a madrugada, além de levarem vários de seus pertences conseguidos com doação ou mesmo encontrados no lixo. A sua sorte foi que um amigo que costumava dormir ali próximo estava acordado quando isso aconteceu, e foi correndo acordar Beatriz e seu companheiro, para que se livrassem do fogo. Mas Lucas, companheiro de Beatriz, demorou a se dar conta do que estava acontecendo e ainda teve queimaduras nos pés. Mas eles conseguiram controlar o fogo, se salvar e salvar o restante de seus pertences (DIÁRIO DE CAMPO, out. 2017).

Pouco tempo após esse dia, analisando essa anotação de campo, percebi a ingenuidade de meu relato inicial. Quando se ateia fogo a um colchão onde há pessoas dormindo, na verdade se está ateando fogo aos corpos das pessoas, em busca de eliminar suas existências – o óbvio precisando ser dito mais uma vez, e o risco de extermínio sempre se fazendo presente em suas vidas.

Ao longo de minha convivência com Beatriz, perdi o contato com ela inúmeras vezes, pois a perseguição a ela e ao companheiro se tornou mais intensa. Quando a conheci, ela morava sob a mesma marquise há 5 anos, e o ataque com fogo foi o primeiro que ela e o companheiro sofreram. Poucas semanas depois, sofreram novo ataque, também com fogo, e se mudaram para a Avenida Dom Joaquim.

Beatriz, sempre divertida, conta o motivo de terem se mudado para lá e diz: “agora nós somos chique, tamo na Dom Joaquim”, que é a avenida cujo metro quadrado é um dos mais caros da cidade de Pelotas. Nessa avenida, contudo, eles continuaram a sofrer perseguições, pois os locais onde se estabeleciam são locais frequentados pela alta sociedade pelotense, e sua presença causava grande incômodo. Então, após essa mudança, eles ficaram cada vez mais em movimento, até o ponto em que dificilmente conseguiam passar um mês no mesmo lugar, sem que retirassem seus pertences e/ou ocupassem com grandes vasos de plantas ou outros obstáculos os locais onde antes Beatriz e o companheiro dormiam.

3.2 Multiplicidade de experiências e ao que elas nos apresentam

As experiências espaciais são constituídas de maneiras distintas, aqui demonstradas, sobretudo, conforme o gênero e classe social. A partir das falas das

mulheres em movimento, fui apresentada a uma grande multiplicidade de experiências, tanto anteriores à trajetória de rua, como na própria realidade das ruas.

Observei a dimensão do gênero ser apresentada por mulheres cujas experiências de vida fizeram com que elas encontrassem nas ruas da cidade uma saída para a violência doméstica, uma fuga de realidades cruéis e problemáticas, ou mesmo, uma maneira de proteger seus familiares de seus problemas pessoais, seja com uso de drogas ou na relação com o companheiro – em grande parte também usuário. Observei a reprodução dos ideais de gênero, quando elas esperam, por exemplo, que seus companheiros sejam seus protetores, mas também a subversão desses ideais, quando se dispensa a presença masculina e ela é buscada apenas quando da necessidade de satisfação sexual, comportamento normalmente coibido em mulheres, que historicamente têm sua afetividade normatizada e a expressão de sua sexualidade negada.

Vi, também, que aqueles homens, que para elas representam um lugar de segurança, onde elas esperam encontrar proteção contra os perigos da rua, são também os mesmos que podem representar risco às suas vidas. Ameaças de morte, estupro e tentativas de violações dos corpos femininos são realidades constantes nas vidas dessas mulheres, culminando, diversas vezes, em suas mortes. Nesse caso, é importante reiterar que grande parte dos feminicídios é de autoria de companheiros ou ex-companheiros das vítimas, realidade que permeia as mulheres em geral; não sendo realidade exclusiva das mulheres em situação de rua.

Ser mulher em movimento nas ruas da cidade constitui-se em um ato de resistência a poderes diversos instituídos neste espaço, com os quais a mulher tem de disputar em condições desiguais, no mínimo, de gênero e classe, sendo que a questão do gênero aqui se apresentou de maneira expressiva, pois as violências relatadas pelas mulheres partiram de seus próprios companheiros ou familiares, e não apenas de pessoas de fora de sua realidade mais próxima.

A violência e violação dos direitos das mulheres em situação de rua recaem sobre o direito ao próprio corpo: observei nesses relatos a violência sexual, as tentativas de assassinato, quando lhes atei fogo durante o sono, ou com o homicídio de fato, quando as tentativas de extermínio são concretizadas – e até mesmo executadas pelos próprios pares de rua, como visto logo no início do primeiro capítulo.

Além da violência da sociedade em geral, que as marginaliza, invisibiliza e

lhes nega os mais básicos dos direitos humanos, essas mulheres lidam cotidianamente com a violência infligida pelos homens, simplesmente pelo fato de serem mulheres, em uma relação paradoxal, na qual se espera encontrar proteção e apoio, mas finda-se por encontrar, em muitos casos, agressão e morte.

Observo a influência da questão do gênero na instituição dos movimentos dessas mulheres quando elas têm de se desdobrar para trabalhar nas ruas e manter o contato com os filhos, cruzando os espaços da cidade na tentativa de garantir que seus filhos tenham condições de vida melhores que as suas – tendo uma casa para morar e recebendo instrução formal nas escolas – e ainda buscando passar um tempo de seus dias com eles, antes de devolvê-los a quem lhes fornece teto.

Também se observa essa questão de gênero quando, para acompanhar o companheiro ou para fugir da violência deles, as mulheres em movimento se põem a viver em situação de rua. A submissão e o sacrifício feminino por amor, uma construção social fortemente incutida nas mentes das meninas e mulheres de nossa sociedade, as levam a suportar os mais diversos abusos e ainda a naturalizá-los. E a se submeter a eles, para que não sofram abuso de vários outros homens cotidianamente. Escolhem a violência de um, para não sofrer a violação por parte de muitos.

Na sua relação com a cidade, pude observar o quanto, para algumas das mulheres em movimento, o afeto pelos lugares é determinado pelas pessoas que os ocupam ou que as acompanham em seus trajetos. E, também, é possível observar a constituição de espacialidades que se estendem da casa à rua e vice-versa, em um movimento não linear, que nem sempre é marcado por ruptura ou fragilidade de laços, como sugere o Decreto Presidencial nº 7.053/2009.

E, por fim, ficou evidente o quanto a situação de rua modifica a relação dessas mulheres com o próprio corpo. Desde a visualização do corpo como um meio de obtenção de sustento e apoio para sobrevivência nas ruas, até a percepção de sua feminilidade, que é posta em cheque quando do uso abusivo de substâncias químicas ilícitas, e também da impossibilidade de manutenção de uma rotina de higiene e cuidados pessoais. Ter sentimentos de desprezo ou vergonha pela própria aparência é uma realidade com a qual muitas dessas mulheres têm de conviver, por não se encaixarem nos padrões de beleza amplamente difundidos e cobrados por nossa sociedade.

Essas mulheres, então, têm de lidar com os “olhares tortos” das pessoas que

se incomodam com sua aparência corporal, que em grande parte das vezes não coincide com as marcações de gênero e os ideais de feminilidade socialmente estabelecidos, o que faz com que elas não aceitem sua própria aparência e tenham vergonha de seus corpos.

Dessa maneira ocorrem as interdições corpóreas, nas quais as mulheres não possuem liberdade sobre seus próprios corpos, que são regulados e violados pelos companheiros, por outros homens em situação de rua e pela sociedade em geral, que lança seus olhares discriminadores que, paradoxalmente, os *invisibiliza*.

Essas interdições corpóreas, no caso das interlocutoras em questão, foram apontadas como vindo sobretudo dos próprios companheiros, e é legitimada e justificada pelo próprio posicionamento das mulheres, que acabam por dar a entender que se sentem culpadas e responsáveis pelas violências que sofrem, quando afirmam que, se a mulher souber “se dar o respeito” e “impor limites”, ela não sofrerá violência, mas ao mesmo tempo, relatam que sofreram violência cujos efeitos reverberam em suas vidas até hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de realização desta pesquisa e escrita dessa dissertação foi todo perpassado por uma relação dentro-fora que esteve implícita nos relatos de campo e nos discursos das interlocutoras. Ao conversar comigo, elas sempre apontavam o estranhamento ao meu sotaque cearense, questionando minha naturalidade, reforçando a constatação de que “tu não é daqui, né?”, referindo-se ao fato de reconhecerem minha origem diferente das suas.

Ao relatar suas experiências, encerravam muitas de suas frases com expressões como “tás me entendendo?”, como quem se esforça para me inserir no contexto que, entre elas e eu, apenas elas sabem como é vivê-lo. E, em alguns momentos, diziam explicitamente: “tu nunca vai saber o que é isso, gurria. Só quem vive sabe”. E, de fato, o olhar que lanço sobre suas realidades, por mais que tenha buscado escutá-las atentamente e com respeito, será sempre um olhar externo.

Contudo, espero ter conseguido trazer nas palavras aqui impressas, tanto das interlocutoras, quanto minhas, a força de seus relatos e a necessidade de discuti-los e cessar a *invisibilização* exercida pela sociedade sobre essas vivências.

Busquei, através das práticas de campo e da apresentação e análise dos discursos das mulheres em movimento, trazer para a discussão geográfica a relação entre gênero e espacialidades, concordando com a geógrafa feminista Joseli Silva, que afirma o gênero como um eterno movimento que se faz na ação humana, que constantemente o recria, em suas experiências espaciais e temporais.

O movimento, ou os movimentos aqui apresentados são de múltiplas origens e formas. São movimentos que atravessam as vidas das interlocutoras antes e após o ingresso à vida nas ruas, que é composta por movimentos voluntários, mas principalmente por aqueles que são impostos por realidades sobre as quais elas não possuem controle.

Essas realidades me colocaram, também, em movimento. Fisicamente, para ir ao encontro das mulheres nas ruas e nos espaços que elas vivenciam, além de intelectual e emocionalmente. Fui confrontada com informações e realidades complexas, que desafiaram meu lugar privilegiado e me levaram a um comprometimento e grande senso de responsabilidade a respeito das realidades com as quais escolhi lidar no trajeto desta pesquisa.

Trouxe para discussão sob a perspectiva das geografias feministas e

geografias do corpo essas vivências que historicamente são silenciadas e ignoradas, mas que têm sido cada vez mais observadas e discutidas ao longo dos anos. Nesse movimento, minha posição de mulher e a percepção de minha própria corporalidade também foram confrontadas e desestabilizadas, revelando a necessidade de um posicionamento e da defesa de uma pesquisa implicada, que não se isenta e não dissocia a trajetória de pesquisa dos resultados e discussões obtidos ao final do processo.

A questão interseccional se apresentou como sendo de grande importância na realidade das mulheres em movimento, que têm suas vidas afetadas de diferentes maneiras por violências de gênero, que são invisibilizadas devido à sua condição de classe e agravadas pela questão da raça, quando se trata de mulheres não brancas.

Tal interseccionalidade também se apresenta nos meus movimentos enquanto mulher e pesquisadora, que ao início da pesquisa partiu de pressupostos e questões que me faziam esperar encontrar nos discursos das interlocutoras semelhanças de ideais devido à condição de mulher, mas que foram completamente desestabilizadas porque a condição de classe social distancia e diferencia em uma proporção abismal as vivências possíveis e existentes entre nós.

Essas pequenas semelhanças e as grandes diferenças de experiências entre mim, mulher branca e acadêmica e elas, mulheres em movimento nas ruas da cidade, sem domicílio fixo e marginalizadas pela sociedade, demonstram a multiplicidade multifacetada do *espaço geográfico enquanto experiência corporalizada situada*, que foi abordada em termos teóricos, mas que apareceu com força incomparável nos discursos das mulheres em movimento acerca de suas vivências.

E o desejo dessas mulheres, em geral, é poder estabilizar suas vidas e diminuir esse movimento, ou modificar suas motivações, conseguindo uma casa para morar, vencendo os vícios e trazendo suas famílias para junto de si. E é com alguns de seus anseios que encerro esta dissertação, com o desejo de que este trabalho possa contribuir para que essas realidades sejam vistas e que estratégias de superação das violações de direitos humanos sofridas por essas mulheres possam ser subsidiadas, tendo em consideração as reivindicações daquelas que são as mais interessadas nesse contexto.

•

Carolina: *É o que eu tô fazendo por mim: me valorizando e indo em busca do que eu quero. E lutando cada vez pra não voltar pro abismo de novo. Me acordando todos os dia e dizendo assim: “meu Deus, mais um dia sem usar nada, e mais um dia de felicidade”, entendesse? É assim que eu ajo na minha vida. O que eu coloco é assim: é eu colocar os currículo em todo lugar e eu conseguir um emprego e conseguir o meu Bolsa-família. Isso melhoraria mais do que já tá melhor, entendeu?*

•

Chiquinha: *Eu acho assim, ó, no caso, se a gente conseguisse, de repente aparecesse uma oportunidade de arrumar um serviço, tu entendesse? Pra gente ter, assim, como trabalhar, sustentar, alugar uma pecinha.*

•

Jurema: *Eu acho que precisava mais política pública, né? Mais oportunidade, menos burocracia, né? Porque a gente, eu falo por mim e por outras mulheres que vivem a mesma situação que eu, né? A gente é olhada como se a gente tivesse nessa situação porque quisesse, né?*

•

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. DECRETO 7.053 de 23 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua**, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

BRITTO, Fabiana Dultra. Co-implicações entre corpo e cidade: da sala de aula à plataforma de ações. In: JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra (Org.). **Corpocidade: debates, ações e articulações**. Salvador, BA: EDUFBA, 2010. p. 12-23. Disponível em: <http://www.corpocidade.dan.ufba.br/2010/LIVRO_CORPOCIDADE.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2018.

CANOFRE, Fernanda. **Mulheres invisíveis: Vida e morte de Mãe Meque**. Sul21, Porto Alegre, 15 nov. 2017. Mulher, na rua, s.p. Disponível em: <<http://mulhernarua.sul21.com.br/2017/11/15/mulheres-invisiveis-vida-e-morte-de-maemeque/>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A rua: espacialidade, cotidiano e poder. In: _____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007. p. 51-60. Disponível em: <http://www.gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/O_lugar_no_do_mundo.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

FRANGELLA, Simone M. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. 2004. 361 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279907?mode=full>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

FAVRET-SAADA, Jeane. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n.13, 2005.

GUATTARI, Félix. Espaço e corporeidade. In: _____. **Caosmose: um novo paradigma estético**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012. p. 135-148.

LEMÕES, Tiago. **A família, a rua e os afetos: uma etnografia da construção de vínculos entre homens e mulheres em situação de rua**. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

LEMÕES, Tiago. **De vidas infames à máquina de guerra: etnografia de uma luta por direitos**. 2017. 298 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/172916>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

LIMA, Kelly. Morta em Copacabana, moradora de rua se destacava por “porte

nobre”. **Folha de S. Paulo, Colaboração para a Folha**, no Rio de Janeiro, 17 nov. 2017. Cotidiano, s.p. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/11/1936067-morta-em-copacabanamoradora-de-rua-se-destacava-por-porte-nobre.shtml>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

MASSEY, Doreen. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **Geographia**, Niterói, ano 6, n. 12, p. 7-23, 2004.

NUNES, Camila Xavier. **Geografias do corpo**: por uma geografia da diferença. 2014. 245 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/94741>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

NUNES, Sandra Meyer. O corpo do ator em ação. In: GREINER, Christine; AMORIM, Claudia (Org.). **Leituras do corpo**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2010. P. 105-113.

PALOMBINI, Leonardo Lahm. **Dos subespaços ao território descontínuo paradoxal**: os moradores de rua e suas relações com o espaço urbano em Porto Alegre/RS – Brasil. 2015. 182 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/128895>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

PERES, Eliane Teresinha. História e educação: as relações de gênero em Pelotas no final do século XIX e início do século XX. **História da Educação**. ASPHE/FaE - UFPel, Pelotas, n.3,p. 5-34, abr. 1998.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. **Iluminuras**, Porto Alegre, RS, v. 9, n. 21, s.p. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9301/5371>>. Acesso em: 5 dez. 2018

ROSA, Anderson da Silva; BRÊTAS, Ana Cristina Passarella. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. **Interface**, Botucatu, v. 19, n. 53, p. 275- 285, jan. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v19n53/1807-5762-icse-19-53-0275.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: **O Preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997. Disponível em: http://www.miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/12/As-cidadanias-mutiladas_MiltonSantos1996-1997SITE.pdf. Acesso em: 07 dez. 2018.

SARMENTO, Caroline Silveira. **O gênero na rua: um estudo antropológico com as mulheres em situação de rua em Porto Alegre**. 2017. 92 f. Trabalho de conclusão de curso de bacharelado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SCHUCH, P.; GEHLEN, I. A “Situação de rua” para além de determinismos: explorações conceituais. In: DORNELLES, A.; OBST, J.; SILVA, M. (Orgs.) **A rua em**

movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012, p. 11-25.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. **Espaço e cultura**, UERJ, RJ, n. 27. data Disponível em:

<https://www.eublicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/viewFile/3542/2464>.

Acesso em: 03 dez 2018.

SILVA, Joseli Maria (Org.). **Geografias Subversivas:** discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009. 313 p.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Orgs.). **Geografias Malditas:** corpos, sexualidades e espaços. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2013. 400p.

APÊNDICE I

CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA REALIZAR PESQUISA EM ÓRGÃOS PÚBLICOS

Carta de Apresentação

Pelotas, 14 de setembro de 2017.

A Aline Hillal Maicá, chefe do Departamento de Proteção Social Especial de Média Complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social de Pelotas.

Eu, Talita Fernandes Gonçalves, apresento minha intenção em realizar pesquisa acadêmica junto à população em situação de rua na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Para tanto, tenho interesse em obter dados a respeito dessa população junto à Secretaria de Justiça Social e Segurança, bem como aos departamentos e órgãos a ela vinculados. No decorrer da realização da pesquisa, é possível que haja a necessidade de realização de entrevistas com usuários(as) do Centro Pop e Casa de Passagem, por exemplo, no intuito de ouvir a voz desses e levá-la ao conhecimento de pessoas de outros espaços, como o universitário.

Sou bacharel em Geografia com título concedido pela Universidade Estadual do Ceará e atualmente curso mestrado em Geografia no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A pesquisa a ser realizada trata-se de um projeto em desenvolvimento no mestrado, que culminará na escrita de uma dissertação, intitulado *Espaço, corpo e cidadania: as mulheres em situação de rua na cidade de Pelotas/RS*. Durante o ano de 2016 acompanhei alguns grupos de pessoas em situação de rua na cidade de Fortaleza/CE, o que culminou com a escrita de trabalho de conclusão de curso contando com suas vivências, entrevistas e percepções do espaço urbano fortalezense. Nessa ocasião, alguns dos homens em situação de rua relataram imaginar que a vida das mulheres em situação de rua era mais fácil que a deles, pois estas tinham o próprio corpo como uma ferramenta para ganhar algum dinheiro e favores.

Dessa maneira, o objetivo do projeto em desenvolvimento no mestrado é dar mais ênfase às vivências das mulheres em situação de rua, com a realização de oficinas e conversas para ouvir suas vozes, para que estas se expressem por si

mesmas. Admitindo o caráter processual da construção da pesquisa e o cruzamento existente entre vivências de homens e mulheres, não é descartada a possibilidade de realização de atividades também junto aos homens, aos quais se pode chegar através das experiências das mulheres ouvidas.

Agradeço pela oportunidade de participar destes espaços e afirmo o compromisso de respeito aos horários e dinâmica interna dos mesmos, para que esta seja uma experiência positiva para todos os envolvidos.

Atenciosamente,

Talita Fernandes Gonçalves

Geógrafa. Estudante no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Cláudia Luísa Zeferino Pires

Orientadora

Doutora em Geografia. Professora adjunta do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

APÊNDICE II

ROTEIRO PARA ENTREVISTA DIRIGIDA

Roteiro de entrevista para dissertação “Rua, substantivo feminino: mulheres em movimento e o direito ao corpo na cidade”

Data:

Local de realização da entrevista:

Autorização de uso da fala (assinatura no termo de compromisso)

Nome fictício:

Idade:

Sobre a vida nas ruas

- 1) Há quanto tempo está em “situação de rua”? O que você acha desse termo “situação de rua” ou “moradora de rua”?

- 2) O que aconteceu que te levou a morar na rua?

- 3) Como consegue recursos para sobreviver?

Sobre maternidade e saúde

- 4) Tem filhos? Os filhos estão na rua com você? Já engravidou na rua? Se sim, como foi durante a gravidez? Buscou ajuda de alguma instituição? Se sim, como foi atendida? Se não, teve ajuda de alguém na rua ou de moradores do entorno, ou de ONGs?
- 5) Você já fez ligação das trompas ou gostaria de fazer? Gostaria de ter filhos (ou mais algum filho, caso já tenha)?

- 6) (Caso nunca tenha tido gestação na rua): o que você faria se ficasse grávida estando na rua? Você acha que alguma instituição poderia te ajudar em algo?

- 7) Quando precisa de algum tratamento ou atendimento de saúde devido a doenças ou acidentes, como cortes enquanto trabalha ou algo do tipo, onde você busca?

- 8) Você usa preservativos?

Relações de gênero

9) Você tem ou teve um companheiro ou companheira fixo(a) na rua? Se sim, por quanto tempo?

10) O que pensa sobre a relação entre homens e mulheres na rua? O que acha de ficar sozinha, sem namorar ou ficar com homens na rua?

11) Quais são as principais diferenças que você enxerga entre a vida de mulheres e a vida de homens em “situação de rua”?

12) O que você acha que é mais desafiador para a mulher em situação de rua?

13) Você já passou por algum tipo de violência (agressão física, violência sexual, verbal) ou já percebeu alguma outra mulher na rua passando por uma situação assim? Quem você considera uma ameaça para as mulheres em “situação de rua”?

14) Como você e as mulheres que conhece que moram na rua tentam se proteger dessas ameaças?

Corpo e cidade

15) Como faz para tomar banho na rua? E dormir?

16) O que um lugar precisa ter pra você escolher se fixar nele por um tempo para dormir e guardar suas coisas?

17) O que te faz mudar de um lugar onde escolheu ficar para buscar outro?

18) Aqui em Pelotas, de que lugares você não gosta ou não considera seguros? Por quê? E de que lugares você gosta? Por quê?

Perspectivas

19) O que você acha que é preciso ser feito para melhorar a sua vida e as vidas das mulheres que vivem nas ruas?

APÊNDICE III

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de consentimento livre e esclarecido Convite para participar de pesquisa

Você está sendo convidada a participar da pesquisa "Rua, substantivo feminino: mulheres em movimento e o direito ao corpo na cidade". Esta pesquisa tem o objetivo de conhecer as vivências de mulheres que encontram-se em situação de rua na cidade de Pelotas, para construir, com sua autorização, discussões acerca destas vivências. A participação é voluntária, e você é livre para desistir a qualquer momento, sem quaisquer prejuízos. Nos casos em que a participante concordar em se manter na pesquisa e ter seus relatos escritos no trabalho final, sua identidade não será revelada. Você poderá escolher um apelido para lhe representar no trabalho, ou poderei apenas escolher um outro nome, como você considerar melhor.

Se você concorda em participar, por favor, assine abaixo:

Eu, _____, declaro que aceito participar da referida pesquisa, sendo livre para dela desistir a qualquer momento, sem que me haja prejuízo de qualquer origem.

Pelotas, RS, _____ de _____ de 2018.

Assinatura da participante

Assinatura da pesquisadora responsável

ANEXO

Deam prende suspeito de matar mulher na Dom Joaquim em Pelotas

A Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam) prendeu em flagrante, na tarde desta terça-feira (23), o suspeito de assassinar Márcia Marques Gouveia, 42.

A mulher foi encontrada morta nesta manhã, na avenida Dom Joaquim, em Pelotas, em frente a uma casa, próximo a uma imobiliária. O corpo de Márcia apresentava diversos ferimentos no rosto e lesões no braço que, segundo a polícia, representam que a vítima teria tentado se defender das agressões.

Aos agentes da Deam, o homem de 24 anos confessou o crime. Ele disse que agrediu Márcia com uma barra de ferro após a mulher ter pego a quantia de R\$10,00 enquanto consumiam drogas. De acordo com a titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, Maria Angélica Gentilini da Silva, o suspeito e a vítima não mantinham relacionamento e teriam se encontrado para fazer uso de drogas. *“Ele disse que se irritou quando ela pegou o dinheiro”*, comentou a delegada.

Maria Angélica disse que vai solicitar perícias a serem realizadas no corpo do autor e da vítima. A Polícia Civil deve pedir a prisão preventiva de L.S.O., conhecido como Binho.

O homem foi preso após ser identificado pela Deam através de câmeras de segurança da região em que o crime ocorreu. Ele foi encontrado próximo a um supermercado localizado na Cohabpel. No momento da prisão, ele vestia as roupas manchadas de sangue e um boné. *“Assim que tomamos conhecimento do caso, iniciamos as diligências e conseguimos pegá-lo com todos os indícios”*, afirmou a delegada.

Márcia estava seminua e próximo ao corpo peritos do Instituto Geral de Perícias (IGP) encontraram preservativo e a barra de ferro. Conforme a delegada Maria Angélica, L.S.O., disse que manteve relações sexuais com consentimento da vítima, no entanto, afirmou não ter usado camisinha. *“Isso também está sendo investigado. A perícia e outros elementos vão apontar se realmente foi consentido ou não”*, disse.

A identidade de Márcia foi confirmada pelos peritos que encontraram os documentos e uma conta do Sanep em suas roupas que estavam no local do crime. A morte de Márcia Marques Gouveia é o quarto feminicídio praticado em Pelotas desde o início do ano.

Fonte: <https://portalnoticiasdaqui.com/2886/>

Acesso em 20 dez. 2018.